

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANDRÉ COUTINHO AUGUSTIN

O DEBATE SOBRE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SOCIALISMO REAL

RIO DE JANEIRO

2013

André Coutinho Augustin

O DEBATE SOBRE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SOCIALISMO REAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof.^a Maria Mello de Malta

RIO DE JANEIRO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

A923 Augustin, André Coutinho.

O debate sobre organização do trabalho no socialismo real / André Coutinho

Augustin. –

2013.

89 f. ; 31 cm.

Orientadora: Maria Mello de Malta.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia,

Programa de Pós-Graduação em Economia, 2013.

Bibliografia: f. 81-89.

1. Trabalho. 2. Socialismo. 3. União Soviética. 4. China. I. Malta, Maria Mello de. II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

André Coutinho Augustin

O DEBATE SOBRE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SOCIALISMO REAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em

Prof.^a Dr.^a Maria Mello de Malta (UFRJ)

Prof. Dr. Alexandre Laino Freitas (UFRJ)

Prof. Dr. João Leonardo Gomes Medeiros (UFF)

*Vô cantano inconto posso
Apois sonhá num posso não
No tempo qui acenta o almoço
Eu sôin qui num sô mais pião
É qui u'a vontade aqui mi dá
Dum dia arresolvê
Quebrá a cerca da manga
E dexá de sê boi-manso
Quebrá carro, quebrá canga
De trabaiá sem discanso
Me alevantá nos carrasco
Lá nos derradêro sertão
Vazá as ponta, afiá os casco
Boi Turuna e Barbatão
É a ceguera de dexá
Um dia de sê pião
De nun comprá nem vendê
Robá isso tomém não
De num sê mais impregado
E tomém num sê patrão*

Elomar

RESUMO

A crítica marxista ao capitalismo não ocorre apenas no terreno da distribuição mas, principalmente, no da produção e nessa crítica a organização do trabalho tem papel central. No capitalismo não é só o resultado da produção que é alienado do trabalhador, o próprio processo produtivo é estranho a ele. Assim sendo, na transição para o socialismo não basta socializar os meios de produção, é preciso que se mude também a forma de produzir. Esta dissertação analisa as mudanças que ocorreram na organização do trabalho nas fábricas durante duas experiências socialistas, a Revolução Russa e a Revolução Chinesa. Se na primeira houve a manutenção das técnicas produtivas capitalistas e uma tentativa de adaptar o taylorismo à Rússia, na segunda ensaiaram-se novas formas de organização do trabalho, principalmente durante o período da Revolução Cultural. Nenhuma das duas experiências, entretanto, conseguiu passar o controle da produção efetivamente aos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho. Socialismo. União Soviética. China.

ABSTRACT

The Marxist critique of capitalism is not only about the distribution, but mainly about the production and in this critique, the organization of labour plays a central role. In capitalism is not only the result of the production that is alienated from the worker, the estrangement is manifested within the producing activity itself. Thus, in the transition to socialism the socialization of the means of production is not enough, it is necessary to also change the way of producing. This dissertation analyses the changes that occurred in the organization of work in factories in two socialist experiments: the Russian Revolution and the Chinese Revolution. In the first of them, there was the maintenance of capitalist production techniques and an attempt to adapt Taylorism to Russia. In the second, it was tested new forms of labour organization, especially during the period of the Cultural Revolution. Neither of the two experiments, however, succeeded to effectively pass control of production to the workers.

Keywords: Labour. Socialism. Soviet Union. China.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. MARX E A CRÍTICA DO TRABALHO NO CAPITALISMO.....	10
1.1 O duplo caráter da mercadoria e do trabalho	10
1.2 O processo capitalista de produção	15
1.3 Superação do capitalismo	23
2. A REVOLUÇÃO RUSSA E A TENTATIVA DE UM TAYLORISMO SOCIALISTA.....	31
2.1 A Revolução Russa	31
2.2 O sistema Taylor.....	35
2.3 Lenin e o taylorismo.....	39
2.4 Militarização do trabalho, comando de um homem só e os sindicatos	47
2.5 O stakhanovismo	55
3. A CRÍTICA MAOÍSTA E SEUS LIMITES	61
3.1 Os antecedentes da Revolução Chinesa	61
3.2 Os anos pós-1949 e o Grande Salto Adiante	63
3.3 A Revolução Cultural	70
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

Depois de algum tempo de pensamento único, em que era anunciado o “fim da história”, nos últimos anos o capitalismo voltou a ser questionados por setores cada vez mais amplos da sociedade. A crise econômica que atingiu o mundo a partir de 2008 abalou a fé no mercado e uma antiga pergunta voltou à tona: é possível acabar com o capitalismo e construir uma nova sociedade? A cada dia, mais gente responde que sim, mas poucos se arriscam a dizer o que virá depois.

Ao longo do século XX vários países tentaram superar a sociedade capitalista, nas experiências que ficaram conhecidas como “socialismo real”. Na Rússia, na China, e em tantos outros países, movimentos revolucionários assumiram o poder e testaram diferentes formas de se chegar ao comunismo. Nenhuma dessas experiências, entretanto, atingiu seu objetivo, o que poderia nos levar a rejeitar essas experiências e conformar-nos com o capitalismo.

O objetivo desse trabalho é retomar criticamente o que ocorreu nos dois maiores países que passaram por esse processo. Muitos podiam ser os focos desse estudo, mas optou-se por olhar mais atentamente o debate sobre a organização do trabalho. Afinal, o trabalho é um ponto central na organização de qualquer sociedade. No primeiro capítulo será apresentada a crítica de Marx ao trabalho no capitalismo, mostrando que só é possível construir o socialismo se houver uma mudança radical no processo de trabalho. A construção de um novo modo de produção não pode ficar restrita a novas formas de governo ou novas formas de distribuição e de apropriação, sendo necessário também revolucionarizar o próprio processo produtivo.

No segundo capítulo discute-se a experiência da União Soviética, o primeiro país do mundo a ter um governo socialista. Apesar dos grandes avanços alcançados, os revolucionários russos acabaram adotando a tecnologia e os métodos de gestão dos países capitalistas, embora houvesse muitas divergências

sobre o tema, que se expressaram, principalmente, no IX e no X Congressos do Partido Comunista da URSS.

Por fim, faz-se uma breve explanação sobre a China, onde a revolução ocorreu mais de três décadas depois, quando já avaliar a experiência russa. Mao Tsé-Tung elabora várias críticas ao modelo adotado na URSS, incluindo a organização do trabalho. Para Mao, era preciso acabar com a hierarquia das fábricas e passar o controle da produção para os trabalhadores. As tentativas chinesas, contudo, também não obtiveram êxito e hoje, ao invés de ser um país livre do trabalho capitalista, a China tornou-se o grande centro mundial de acumulação de capital e de exploração do trabalho.

Ao apontar problemas na condução desses processos revolucionários, não pretende-se aqui fazer uma avaliação moral de um ou outro dirigente, acusando-o de ter traído a classe trabalhadora ou qualquer coisa do tipo. Muito menos negar a riqueza e a importância dessas experiências, que ainda hoje devem ser reivindicadas pela esquerda. Mas se queremos usar o aprendizado das revoluções Russa e Chinesa em futuras transformações sociais, é preciso antes fazer uma análise crítica de tais experiências e entender os motivos que levaram cada um desses países a adotar uma trajetória diferente. Nunca existirá um manual para fazer a revolução e não podemos transformar as atitudes tomadas por Lenin, Trotsky, Stalin ou Mao durante momentos específicas em dogmas a serem seguidos em qualquer situação.

1. MARX E A CRÍTICA DO TRABALHO NO CAPITALISMO

1.1 O duplo caráter da mercadoria e do trabalho

Em uma carta escrita a Engels pouco após a publicação do primeiro volume de *O Capital*, Marx diz que o duplo caráter do trabalho é “de fato todo o segredo da concepção crítica”. A todos os economistas, “sem exceção”, teria escapado “que se a mercadoria tem um duplo caráter de valor de uso e de valor de troca, é necessário que o trabalho representado nesta mercadoria possua este duplo caráter ele também” (MARX, 1974 [1868], p. 153). Mas de que se trata esse duplo caráter?

Marx inicia sua crítica à economia política analisando a mercadoria, um bem que é produzido com a finalidade de ser trocado. Ele não faz isso sem motivo, o faz porque a mercadoria é a forma mais elementar da riqueza na sociedade capitalista¹. Embora a mercadoria já existisse em épocas anteriores, é só no capitalismo que a produção assume majoritariamente um caráter mercantil.

A mercadoria é uma coisa que, antes de tudo, satisfaz um tipo qualquer de necessidades humanas. Essa coisa é útil sob diversos aspectos e sua utilidade, que depende das propriedades do corpo da mercadoria, faz dela um valor de uso. Os valores de uso são o conteúdo material da riqueza, independente da forma social desta, mas no capitalismo ele também constituem os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca, que é uma relação quantitativa entre duas mercadorias, a proporção em que os valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo. Se x de mercadoria A é trocada por y de mercadoria B, por z de mercadoria C ou por w de mercadoria D, podemos perceber que:

¹ Nos primeiros capítulos de *O Capital*, Marx não fala nada sobre o capital. Isso faz com que alguns autores interpretem esses capítulos como se não fossem sobre o capitalismo, mas sobre um período histórico anterior, definido como “produção mercantil simples”. Na verdade o livro todo é sobre o capitalismo, “mas o capital, por exigência do método, não pode ser apresentado no início da exposição, mas sim, ao contrário, tem de ser derivado logicamente a partir da mercadoria e do dinheiro, no próprio curso dessa exposição” (PRADO, 2013, p. 109). Na primeira frase do primeiro capítulo, aliás, Marx já fala sobre o modo de produção capitalista. Sobre esse tema, ver também Heinrich (2012, p. 39, 81-82), Arthur (2005) e Coutinho (1997, p. 55-56).

- 1) a mercadoria A possui múltiplos valores de troca, cada um expresso em uma mercadoria diferente;
- 2) se tanto y de B quanto z de C podem ser trocados por x de A, então y de B e z de C são valores de troca da mesma grandeza e, portanto, devem ser intercambiáveis entre si;
- 3) esses valores de troca só podem ser a expressão, ou a “forma de manifestação” [*Erscheinungsform*] de outra coisa, o valor. A mercadoria é, portanto, uma unidade entre valor de uso e valor, que se manifesta como uma unidade entre valor de uso e valor de troca.

E de onde vem esse valor? Quando comparamos diferentes mercadorias, como ferro, trigo, livros, roupas, peças de teatro, etc., é impossível encontrar alguma propriedade física ou química em comum a elas. Tais propriedades estão relacionadas ao valor de uso de cada mercadoria e diferem de uma para outra. A relação de troca é caracterizada justamente pela abstração dos valores de uso, ou seja, pela abstração dessas diferenças físicas. Se, quando observamos o valor de uso, a diferença entre as mercadorias são qualitativas, ao observar o valor de troca as diferenças são apenas quantitativas, “sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso”.

Só existe uma qualidade que é comum a todas as mercadorias: todas são produtos do trabalho humano. Logo, só o trabalho pode ser a substância do valor. Na troca, quando ocorre a abstração dos valores de uso, “desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (MARX, 2013 [1867], p. 116). Essa abstração não é mental, mas real. É na troca que o trabalho abstrato tem sua validação social, mesmo que aqueles que dela participam não estejam conscientes disso². Isso não significa que o trabalho abstrato só surja no momento da troca. Como no capitalismo a produção já se inicia tendo como objetivo final a troca, os produtos já têm um duplo caráter – isto é, já são mercadorias – desde o processo de produção. É diferente de uma produção voltada para o

² É importante ressaltar que, segundo a lei do valor, não há necessidade que as mercadorias sejam trocadas pelos respectivos valores. Pelo contrário, geralmente não o são. O que ocorre é uma flutuação dos preços em torno dos valores, ou melhor, em torno dos preços de produção. (MARX, 1986a [1894], seção II).

consumo próprio e que, eventualmente, produz-se mais do que o necessário e esse excedente acaba sendo destinado à troca.

Para Marx, a dupla natureza do trabalho contida na mercadoria “é o centro em torno do qual gira o entendimento da economia política” (ibid., p. 119). Por ser um valor de uso, a mercadoria satisfaz necessidades específicas e deve ser produzida através de uma atividade produtiva determinada. Ela é resultado do trabalho concreto. Por outro lado, a mercadoria possui valor e, portanto, é resultado do trabalho abstrato. O trabalho útil não é característico de uma forma específica de sociedade, mas sim uma condição de existência do homem, por ser uma necessidade natural de mediação entre homem e natureza. Não se pode dizer o mesmo sobre o trabalho abstrato, que só acontece em uma sociedade onde a produção é predominantemente mercantil, ou seja, só no capitalismo. Em uma produção não mercantil o produto possui apenas valor de uso, não havendo, portanto, trabalho abstrato nem lei do valor. Por isso não é possível que essa lei continue valendo em uma sociedade socialista, onde a produção de mercadorias deixa de existir. Deste modo, é equivocada a interpretação de alguns autores de que o valor continuará existindo no socialismo³, embora ela possa existir por algum tempo durante a transição ao novo modo de produção.

O trabalho, no capitalismo, não produz apenas mercadorias: “ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*” (MARX, 2010a [1844], p. 80). Isso ocorre porque o capitalismo é uma sociedade onde todos se encontram como vendedores de mercadorias. No entanto, apenas uma pequena parcela da população possui os meios de produção necessários para produzir mercadorias. Para o restante, não sobra outra alternativa do que vender sua única mercadoria disponível: a força de trabalho.

Como qualquer mercadoria, a força de trabalho tem seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (que depende principalmente da cesta de subsistência do trabalhador e sua família). Mas ela tem uma particularidade: é a única mercadoria cujo valor de uso consiste em criar valor. Ao comprar força de trabalho e a colocá-la em uso, o proprietário dos meios de

³ Essa interpretação, ao nosso ver equivocada, é compartilhada inclusive por grandes marxistas, como é o caso de Lukács. Ele diz que, “para Marx, a lei do valor não é ligada à produção de mercadorias” (LUKÁCS, 2011, p. 138).

produção dá início a um processo de produção que é, ao mesmo tempo, um processo de valorização. O trabalhador produz valor e, havendo produção de um valor maior do que aquele gasto na compra da força de trabalho, surge um *mais-valor*, que é apropriado pelo capitalista. Isso não significa que o trabalhador esteja sendo roubado. É uma troca de equivalentes, ele recebe pela mercadoria que está vendendo (força de trabalho) aquilo que ela vale. Trabalhador e capitalista são igualmente proprietários de mercadorias e as trocam com liberdade e igualdade:

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. (id., 2013 [1867], p. 250-251).

Para que exista capital, o seu proprietário precisa encontrar no mercado esse trabalhador livre em dois sentidos: “de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (ibid., p. 244). Sendo assim, o trabalhador não tem outra opção a não ser vender sua força de trabalho. Ou escolher, livremente, morrer de fome⁴.

O grau de exploração do trabalhador é medido pela taxa de mais-valor, ou seja, pela relação entre a parte do valor produzido que é apropriado pelo capitalista e o valor da força de trabalho. O capital sempre busca aumentar essa taxa, afinal, o objetivo da produção capitalista não é produzir valores de uso, mas produzir valor. Ou melhor, produzir mais-valor a ser apropriado pelo capitalista e reinvestido na produção, em uma lógica expansiva. Os conceitos de exploração e mais-valor são centrais na crítica de Marx ao capitalismo e são enfatizados por praticamente todos os marxistas. Nenhum comunista discorda de que um dos principais objetivos da revolução deve ser acabar com a exploração. O que muitas vezes ocorre, entretanto, é que a crítica fica limitada a isso e Marx acaba sendo visto apenas como

⁴ Lenin dizia que “os capitalistas sempre chamaram ‘liberdade’ à liberdade de enriquecer para os ricos, à liberdade dos operários para morrerem de fome. (LENIN, 2004 [1919], p. 79).

um pensador preocupado com a distribuição da riqueza e com o fim da exploração, o que

alimenta um debate com a ciência econômica burguesa (o pleonasma usado aqui a título de ênfase) justamente no campo que a favorece, vale dizer, em um terreno em que não se discute a natureza histórica da sociedade do capital, suas contradições, sua desumanidade, sua excentricidade em relação aos sujeitos, mas simplesmente a repartição da riqueza. (DUAYER; MEDEIROS, 2007, p. 5).

O que Marx buscava politicamente (e que não está separado de sua teoria) não era distribuir a riqueza e acabar com a apropriação privada do excedente, ou melhor, não estava limitado a isso. Sua busca sempre foi pela *emancipação*. Ainda em 1843, no artigo *Sobre a questão judaica*, Marx diferencia a emancipação política da emancipação humana. Embora a emancipação política – que pode ser conquistada pela revolução burguesa – seja um grande progresso, ela “não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui” (MARX, 2010b [1844], p. 41). Com a revolução burguesa, “o homem não foi libertado da religião. Ele ganhou a liberdade de religião. Ele não foi libertado da propriedade. Ele ganhou a liberdade de propriedade. Ele não foi libertado do egoísmo do comércio. Ele ganhou a liberdade de comércio” (ibid., p. 53). A emancipação política é um passo importante, mas não é suficiente. A emancipação humana supõe a “negação da auto-alienação” e isso só seria possível com uma nova forma de organização econômica, pois a alienação está ligada às relações econômicas mercantis. Ao contrário do que dizia Bruno Bauer, a quem o livro é uma resposta, a causa da alienação não é a religião:

O ato de vender constitui a práxis da alienação. Enquanto o homem estiver religiosamente tolhido, só conseguirá reificar sua essência, transformando-a em uma essência fantástica e *estranha a ele*; do mesmo modo, sob a dominação da necessidade egoísta, ele só conseguirá exercer uma atividade prática, produzir objetos na prática, colocando seus produtos, assim como sua atividade, sob a dominação de uma essência estranha a eles e emprestando-lhes a importância de um ser estranho a eles – o dinheiro. (ibid., p. 59-60).

A preocupação com a alienação e com a emancipação humana permanece por toda a obra de Marx, embora as explicações sobre ambas mudem. Se no texto citado as causas estavam no comércio e no dinheiro, com o tempo o autor percebe que elas envolviam o próprio processo produtivo.

A crítica ao capitalismo não pode se restringir às esferas da circulação ou da distribuição, ela precisa atingir também a esfera da produção. Enquanto a maior parte dos economistas vê a produção como algo dado, meramente técnico e passível de se resumir a uma função de Cobb-Douglas ou a uma matriz insumo-produto, Marx via na produção relações sociais. Nos Grundrisse, por exemplo, ele cita uma passagem de um livro de John Stuart Mill em que o economista inglês defende que “as leis e condições da produção da riqueza assumem o caráter de verdades físicas”, enquanto a distribuição da riqueza seria diferente, sendo uma questão da instituição humana. Marx o critica, dizendo que tanto as leis da produção como as leis da distribuição “são as mesmas leis sob formas diferentes, e ambas mudam, passam pelo mesmo processo histórico” (id., 2011 [1857-1858], p. 106-107). Para superar o capitalismo, não adianta combater apenas a exploração. Não basta acabar com a apropriação do mais-valor pelos capitalistas. É preciso construir novas relações sociais, superando o processo capitalista de produção.

1.2 O processo capitalista de produção

O ponto de partida histórico e conceitual da produção capitalista é a reunião de vários trabalhadores no mesmo local e ao mesmo tempo, sob o comando de um capitalista, para produzir um mesmo tipo de mercadoria. Inicialmente, a diferença entre a produção artesanal da antiga corporação e a produção capitalista é apenas quantitativa e se dá pelo número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. Esse mero emprego simultâneo de vários trabalhadores, entretanto, pode fazer com que se reduza o valor das mercadorias produzidas, permitindo a produção de mais-valor relativo. Mesmo sem mudanças nas condições técnicas de produção, pode haver uma revolução na produção, o que ocorre por dois motivos. O primeiro é que muitos meios de produção são usados em comum. Uma sala para trinta trabalhadores, por exemplo, custa menos que quinze salas para dois trabalhadores. O mesmo ocorre com os depósitos e alguns instrumentos e aparelhos. Assim, os meios de produção coletivos transferem menos valor a cada produto individual, ocorrendo tanto um barateamento das mercadorias quanto uma alteração na relação entre o capital total adiantado e o mais-valor produzido.

O segundo motivo é que a “fusão de muitas forças numa força conjunta, o simples contato social provoca, na maior parte dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais [*animal spirits*] que elevam o rendimento dos trabalhadores individuais” (MARX, 2013 [1867], p. 401). Um exemplo dado pelo autor é dos pedreiros que formam uma fila para levar tijolos até o alto do andaime, demorando menos tempo do que se cada pedreiro levasse tijolos individualmente. Deste modo, a *cooperação simples*, como é chamada por Marx, aumenta a produtividade do trabalho mesmo sem mudar substantivamente o modo de trabalhar, apenas reunindo um maior número de trabalhadores.

O aumento de produtividade é maior, entretanto, quando o processo de trabalho passa a sofrer modificações, tornando-se um processo propriamente capitalista. Um ponto crucial nessa mudança é a divisão do trabalho, com os processos complexos de trabalho sendo divididos em funções mais simples. A cooperação fundada na divisão do trabalho é a principal característica da *manufatura*, uma forma de cooperação que se origina de dois modos diferentes. No primeiro, o mesmo capital reúne na oficina trabalhadores de diferentes ofícios que antes trabalhavam de forma independente. O seleiro, o costureiro, o serralheiro, o torneiro, o vidraceiro, o pintor, o envernizador e outros artesãos independentes podem ser reunidos em uma oficina para produzir uma carruagem, por exemplo. Inicialmente, o que ocorre é uma forma de cooperação simples, com cada um exercendo o mesmo ofício que exercia antes de forma independente. Mas depois de um certo tempo se dedicando apenas à construção de carruagens, eles “perdem gradualmente, com o costume, a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda sua amplitude. Por outro lado, sua atividade tornada unilateral assume, agora, a forma mais adequada para sua esfera restrita de atuação”. Assim, a manufatura de carruagens deixa de ser uma combinação de ofícios independentes e torna-se um “processo no qual cada operação se cristalizou como função exclusiva de um trabalhador, sendo sua totalidade executada pela união desses trabalhadores parciais” (ibid., p. 411).

No segundo modo de surgimento da manufatura, artesãos que antes fabricavam o mesmo produto são reunidos simultaneamente sob comando de um mesmo capitalista. Com a pressão para aumentar a produção, as operações que antes eram executadas por todos trabalhadores, “são separadas umas das outras,

isoladas, justapostas espacialmente, sendo cada uma delas confiada a um artesão diferente e executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores em cooperação” (ibid., p. 412). A mercadoria deixa de ser o produto individual de um artesão para se tornar um produto social de vários artesãos, com cada um realizando repetidamente uma operação parcial.

Embora a produção manufatureira seja dividida em operações parciais, a sua execução permanece artesanal e, portanto, “continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalhador individual no manuseio de seu instrumento” (ibid., p. 413). A diferença é que a destreza do trabalhador tende a aumentar quando ele se especializa em uma operação parcial. Outra vantagem é que o tempo perdido com a mudança de uma operação para outra diminui. Há ainda um processo de diferenciação dos instrumentos de trabalho, com surgimento de ferramentas melhores e mais diversificadas⁵. Mas, na manufatura, esse processo de melhorias na produção ainda tinha um caráter empírico. É só com o uso das máquinas que a ciência será aplicada na produção.

A *máquina* é formada por três partes: a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e a máquina-ferramenta. Embora alguns economistas vejam a diferença entre a ferramenta e a máquina na sua força motriz – que na segunda, ao contrário da primeira, não seria humana – Marx diz que a principal diferença está na máquina-ferramenta que, apesar de possuir aparelhos e ferramentas que surgiram na manufatura, funciona de forma mecânica. Essa foi a grande inovação que permitiu a revolução industrial no século XVIII. A máquina a vapor já havia sido criada no século XVII, sem causar grandes mudanças na produção. Ela só passou a ter tanta importância na produção a partir dos anos 1780, quando a criação das máquinas-ferramentas tornou necessário o uso do vapor. Ao contrário do que ocorria anteriormente, o número de ferramentas manipuladas simultaneamente pela máquina não está limitada pelos limites biológicos do homem e isso faz com que seja necessário um aumento da força motriz.

Marx cita três efeitos imediatos sobre o trabalho que resultaram dessa nova produção mecanizada:

⁵ Esse processo ajudou a criar as condições materiais da maquinaria.

- 1) Como reduziu-se a necessidade do uso de força física no trabalho, as fábricas passaram a empregar mulheres e crianças, que antes estavam excluídos da maior parte dos ramos da produção. Isso não só aumentou consideravelmente o número de trabalhadores disponível como reduziu os salários. Se antes o valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho necessário à manutenção de toda a família do operário, quando as mulheres e crianças passaram a trabalhar o valor da força de trabalho do homem foi dividido entre todos eles.
- 2) A maquinaria trouxe um aumento nunca antes visto na produtividade do trabalho, o que, teoricamente, poderia reduzir a jornada de trabalho. Porém, o que acontece é justamente o contrário. Na manufatura um dos fatores que limitava a extensão da jornada era o limite natural do corpo humano: a partir de um certo momento, o cansaço físico reduzia a produtividade. Como as máquinas reduzem a dependência do trabalho em relação aos limites naturais do homem, é possível que a jornada de trabalho seja prolongada. Esse prolongamento é incentivado pela forma como se dá o desgaste da máquina. Embora não mude o valor transferido da máquina a cada mercadoria produzida, uma jornada maior faz com que o valor da máquina seja reproduzido mais rapidamente, já que ocorre uma maior produção em um mesmo período. Além disso, reduz o desgaste que acontece na máquina devido à inatividade. Por fim, evita o “desgaste moral” da máquina, que, ao depreciar-se mais rapidamente, evita a concorrência com novas máquinas que surgirão no futuro.
- 3) A resistência dos operários fez com que o prolongamento da jornada de trabalho tivesse limites, com adoção de legislação sobre isso em muitos países. A forma de escapar desse limite foi aumentar a intensidade do trabalho, aumentando o dispêndio de trabalho em uma mesma jornada. Isso pode acontecer tanto pela aceleração da velocidade das máquinas quanto pela ampliação do número de máquinas comandado pelo mesmo operário.

Essa possibilidade de aumentar a intensidade do trabalho aumentando a velocidade da máquina – que se acentua ainda mais com as inovações do final do século XIX e início do século XX, como a esteira rolante do fordismo – mostra o quanto o processo de trabalho está subordinado ao capital, o que não ocorria no início da produção capitalista. Na cooperação simples, o trabalho já serve à valorização do capital, já produz mais-valor que é apropriado pelo capitalista, mas este ainda não possui o controle sobre o processo de trabalho. Ao reunir sob o comando do capitalista antigos artesãos independentes, ainda

não se efetuou a priori uma mudança essencial na forma e na maneira real do processo de trabalho, do processo real de produção. Pelo contrário, é da natureza da coisa que a subsunção do processo de trabalho ao capital se opere sobre a base de um processo de trabalho *preexistente*. (id., 1978 [1864], p. 55).

É por isso que Marx fala da *subsunção formal* do trabalho. Formalmente, o trabalho está subordinado ao capital, mas não houve nenhuma mudança no processo real de produção. Ocorreu uma alteração na forma social do trabalho, mas seu conteúdo permaneceu o mesmo. Deste modo, só é possível aumentar a produção de mais-valor através do prolongamento da jornada de trabalho, ou seja, só há mais-valor absoluto.

Assim que o capitalismo passa a transformar as técnicas de produção, aumentando a produtividade, produz-se mais-valor relativo. São criadas condições materiais de produção correspondentes à forma social capitalista e surge então um regime especificamente capitalista de produção, que já aparecia na manufatura, mas atinge sua plenitude na grande indústria.

A produção do mais-valor relativo [...] supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real. (id., 2013 [1867], p. 578).

Isso não significa que a subsunção formal deixe de existir. O trabalhador continua subordinado formalmente ao capital, mas subordina-se, ao mesmo tempo, realmente. Não é mais “o operário que emprega os meios de produção, são os meio de produção quem empregam ao operário” (id., 1978 [1864], p. 17). Quando a subsunção era apenas formal, o produto do trabalho já aparecia como algo estranho ao trabalhador, que não lhe pertencia. Com a subsunção real, não é só o produto do trabalho, mas o próprio modo de trabalhar que é externo ao trabalhador:

A unidade na cooperação, a combinação na divisão do trabalho [na manufatura], o emprego, na maquinaria para fins produtivos, das forças naturais e da ciência junto com os produtos do trabalho, tudo isso se opõe aos próprios trabalhadores individuais como algo *estranho e coisificado*, [...] as formas sociais de seu próprio trabalho ou as formas de seu próprio trabalho social são relações constituídas de maneira que deles em nada depende; os trabalhadores, subsumidos ao capital, tornam-se elementos dessas formações sociais, mas essas formações sociais não lhe pertencem. Enfrentam-nos portanto como *estruturas* do próprio capital [...] distintas da força de trabalho individual, oriundas do capital e nele incorporadas. (MARX, 1980 [1861], p. 386).

Essa análise já havia aparecido, de forma preliminar, numa obra muito anterior de Marx, os Manuscritos de 1844. Lá já se havia mostrado que o estranhamento, ou alienação⁶, ocorre inicialmente em relação ao produto do trabalho: “o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2010 [1844], p. 80). Porém ele não diz respeito apenas ao resultado da produção, mas ao próprio processo de trabalho: “o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*” (ibid., p. 82). E se o produto do trabalho é um ser estranho ao trabalhador, ele só pode ser propriedade privada de uma outra pessoa⁷. É por isso que a propriedade privada é “o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*⁸, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”. Embora a propriedade privada apareça “como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo” (ibid., p. 87).

Se a propriedade privada tem tal relação com o processo de trabalho estranhado, para acabar com ela não é suficiente expropriar os capitalistas e transformar os meios de produção em propriedade estatal, como muita gente

⁶ Alguns autores como Ranieri (2001) defendem que Marx diferencia *Entäusserung* (alienação) de *Entfremdung* (estranhamento). Seguimos, entretanto, a interpretação apresentada, entre outros, por Infranca e Vedda (2012, p. 11), para quem “Marx utiliza indistintamente las palabras alemanas *Entfremdung* y *Entäusserung*”. A distinção entre os dois termos ocorreria na obra de Hegel, que em sua *Fenomenologia do Espírito* “separa la enajenación (*Entäusserung*) – semánticamente vinculada a la operación de venta de la propiedad, o con la renuncia a los intereses privados en función de los estatales – de la alienación (*Entfremdung*), que, relacionada la *alienatio* latina, alude a una realidad que se ha vuelto extraña y aun hostil al hombre” (ibid., p. 15). Repare que *Entfremdung*, que em espanhol costuma-se traduzir por *alienación*, é traduzido para português como estranhamento e *Entäusserung*, a nossa alienação, para eles é *enajenación*, o que pode causar ainda mais confusão.

⁷ “O direito de propriedade converte-se, de um lado, no direito de se apropriar do trabalho alheio e, de outro, na obrigação de respeitar o produto do próprio trabalho e inclusive o próprio trabalho como valores pertencentes a outro” (MARX, 2011 [1857-1858], p. 376)

⁸ Na tradução da edição utilizada, feita por Jesus Ranieri, *Entäusserung* é traduzido algumas vezes por *alienação* e outras por *exteriorização*.

interpreta. A propriedade privada só acabará quando forem criadas novas formas de produção que deem fim à alienação do trabalho; quando “os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, [forem transformados] em simples instrumentos de trabalho livre e associado” (MARX, 2011 [1871], p 60); ou, nas palavras de Yaghmaian (1994, p. 71), quando os produtores imediatos não forem mais “separados do produto de seu trabalho, ou alienados dentro do ato de produção. Somente quando a atividade de ‘auto-estranhamento’ é transformada em uma atividade de ‘autogoverno’ podemos realmente falar sobre a abolição da propriedade privada”. O comunismo é, portanto, a “suprassunção (*Aufhebung*) positiva da *propriedade privada*” (MARX, 2010 [1844], p. 105), a dominação do trabalho vivo sobre o trabalho objetivado através de uma nova forma de organização do trabalho em que produtores livres e associados produzam valores de uso, sem produzir valor.

Se a atual direção capitalista tem um caráter despótico, tal caráter deveria acabar em um autogoverno dos trabalhadores, ou será que não? Em um texto escrito em 1873 – e que foi muito citado na URSS para justificar certos autoritarismos –, Engels critica os anarquistas por defenderem que a revolução traga o fim da autoridade:

Pedem que o primeiro ato da revolução social seja a abolição da autoridade. Já alguma vez viram uma revolução, estes senhores? Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que se possa imaginar; é o ato pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra por meio das espingardas, das baionetas e dos canhões, meios autoritários como poucos. (ENGELS, 1873).

Portanto, uma revolução não pode acabar imediatamente com a autoridade. É necessária que o proletariado imponha sua vontade à burguesia de forma autoritária. A situação é mais complicada quando se trata da autoridade na produção, pois ela não é aplicada pelos trabalhadores, mas sobre trabalhadores. Engels diz que, ao usar a ciência na produção para submeter a força da natureza, o homem foi submetido a um despotismo que é “independente de qualquer formação social”. Esse despotismo teria que ser mantido mesmo em uma sociedade socialista, pois o fim dele traria junto um grande retrocesso técnico: “querer abolir a autoridade na grande indústria é querer abolir a própria indústria, é destruir a fiação a vapor para voltar à roca de fiar” (id.). Isso porque, na grande indústria, o trabalho de cada um depende do trabalho de outros. Os trabalhadores não trabalham de forma

independente e se não houver uma coordenação entre os trabalhos, toda a produção pode ser paralisada. Logo, todos devem submeter sua vontade individual ao que foi decidido. Parafraseando Dante Alighieri, Engels fala que na porta da fábrica poderia ser escrito “*Lasciate ogni autonomia voi che entrate*”⁹. Se o trabalhador continua sem autonomia no seu trabalho, continua havendo autoridade.

A forma dessa autoridade, porém, pode mudar. Em uma fábrica socialista, todo trabalhador deve se submeter às decisões tomadas, mas essas decisões não são mais tomadas pelo capitalista, e sim por delegados de cada ramo de trabalho “ou, se possível, pelo voto da maioria” (id.). Portanto o que ocorre não é mais a subordinação de uma classe à outra, mas a subordinação de trabalhadores individuais às decisões tomadas pelo conjunto dos trabalhadores, um forma de “despotismo” muito diferente.

Apesar das ressalvas feitas por Engels, essa ideia de um despotismo “independente de qualquer formação social” e determinado apenas por questões técnicas da produção é, no mínimo, controversa. Além disso, nesse artigo nada se fala sobre a divisão do trabalho. Marx (assim como o próprio Engels, em outros escritos) é bem mais cuidadoso. Ele mostra que existe uma relação entre a autoridade, a divisão do trabalho e a concorrência capitalista. Se dentro da oficina a divisão do trabalho é regulada pela autoridade do empresário, na sociedade a distribuição do trabalho é feita pela concorrência. Na divisão manufatureira do trabalho¹⁰, cada trabalhador parcial não produz mercadoria, apenas o produto comum dos trabalhadores é uma mercadoria. Já a divisão do trabalho na sociedade é mediada pela compra e venda de mercadorias. Se a primeira é planejada *a priori* e supõe a autoridade incondicional do capitalista sobre os trabalhadores, a segunda acontece apenas *a posteriori*, através das flutuações nos preços que influenciam de forma independente nas decisões dos produtores. O curioso é que os capitalistas,

⁹ Vós que aqui entraís, abandonai toda a autonomia.

¹⁰ Marx faz essa análise, inicialmente, para a manufatura, mas ela se aplica também à fábrica: “Embora a maquinaria descarte tecnicamente o velho sistema da divisão do trabalho, este persiste na fábrica, num primeiro momento, como tradição da manufatura fixada no hábito, até que, sob uma forma ainda mais repugnante, ele acaba reproduzido e consolidado de modo sistemático pelo capital como meio de exploração da força de trabalho.” (MARX, 2013 [1867], p. 494).

grandes defensores da autoridade e da subordinação na organização do trabalho, não aceitam nenhuma forma de controle ou regulação sobre a produção social¹¹.

Se no capitalismo, “a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam mutuamente” (MARX, 2013 [1867], p. 430), em outras sociedades acontecia o contrário: a organização do trabalho social estava submetida à autoridade, mas quase não havia divisão do trabalho dentro da oficina. Isso faz com que Marx, chegue à seguinte conclusão:

É possível [...] estabelecer uma regra geral, segundo a qual quanto menor é a autoridade na divisão do trabalho no interior da sociedade, mais ela se desenvolve no interior da oficina, e mais será submetida à autoridade de um só indivíduo. Assim, a autoridade na oficina e a autoridade na sociedade estão, com relação à divisão do trabalho, em razão inversa uma para a outra. (ibid., p. 431¹²).

Deste modo, ao substituir a concorrência capitalista por uma sociedade em que a produção social fosse planejada, seria possível que, dentro das fábricas, a autoridade absoluta na divisão do trabalho acabasse. O despotismo, portanto, está longe de ser “independente de qualquer formação social”.

1.3 Superação do capitalismo

Marx não formulou um conceito extensivo de socialismo e nem poderia, pois cairia nos mesmos erros dos socialistas utópicos, a quem criticava. Também não possuía nenhum manual de como fazer a revolução.

O comunismo não é para nós um *estado de coisas* [Zustand] que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos atualmente existentes. (MARX; ENGELS, 2007 [1845], p. 38).

Mas algumas determinações gerais do socialismo foram apontadas. A propriedade privada dos meios de produção deveria ser abolida e a produção não

¹¹ “A mesma consciência burguesa que festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação vitalícia do trabalhador a uma operação detalhista e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva denuncia com o mesmo alarde todo e qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como um ataque aos invioláveis direitos de propriedade, liberdade e à ‘genialidade’ autodeterminante do capitalista individual. É muito característico que os mais entusiasmados apologistas do sistema fabril não saibam dizer nada mais ofensivo contra toda organização geral do trabalho social além de que ela transformaria a sociedade inteira numa fábrica.” (ibid., p. 430).

¹² Esse trecho, citado n’*O Capital*, foi publicado originalmente na *Miséria da Filosofia* (MARX, 1976 [1847], p. 129).

seria mais motivada pela busca do lucro. Uma das questões cruciais é que o mercado também é incompatível com o socialismo. Se no início da transição ainda pode haver algum espaço para o mercado e para a lei do valor, pois nem toda a produção estará socializada, isso não faz sentido no socialismo já estabelecido¹³, mesmo que na sua fase inferior. Uma economia mercantil só é possível se os produtores são independentes e a propriedade das mercadorias não é coletiva. No momento que a produção e a propriedade são coletivas, não faz sentido a existência do mercado. Enquanto, no socialismo, o que define a produção em cada ramo é o planejamento *ex-ante*, em uma sociedade mercantil isso se dá pelo mercado, através da lei do valor. É uma coordenação *ex-post*. Enquanto a lógica mercantil “traz consigo e aprofunda desigualdades, torna a democracia econômica impossível, pressupõe comportamentos individualistas e autocentrados (tanto no processo de consumo como no produtivo) e leva à anarquia da produção, instabilidades e crises”, uma sociedade socialista deveria ter características incompatíveis com essa lógica, como “a igualdade social, a democracia real (e não meramente formal), a maior racionalidade econômica e o estabelecimento de laços comunitários” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2005, p. 4). Socialismo e mercado são, portanto, incompatíveis.

No primeiro capítulo d’O *Capital*, Marx analisa a mercadoria sem falar em capital, em mais-valor ou em trabalho assalariado. Ele já mostra que, se a produção for mercantil, haverá fetichismo. Assim, enquanto existir produção de mercadorias, as relações entre pessoas continuará assumindo a “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013 [1867], p. 147). As relações entre os homens continuarão sendo relações reificadas e as relações entre objetos aparecerão como relações sociais. É por isso que Marx diz que o fetichismo “é inseparável da produção de mercadorias” (ibid., p. 148). Ou seja, para superar o fetichismo, algo

¹³ Mandel (1980, p. 41) ressalta a incompatibilidade entre comunismo e produção mercantil dentro de uma perspectiva marxista: “a partir da *Ideologia Alemã*, Marx e Engels estabeleceram claramente os laços que unem a abolição da produção mercantil e o advento de uma sociedade comunista. Eles não modificarão mais sua opinião até o fim da vida deles. Concepções que admitem a sobrevivência da produção mercantil mesmo em sociedade comunista são em todo caso estranhas à teoria marxista.” O trecho d’A *ideologia alemã* ao qual Mandel se refere é, provavelmente, este: “com a superação da base, da propriedade privada, com a regulação comunista da produção e, ligada a ela, a supressão da relação alienada dos homens com seus próprios produtos, o poder da relação de oferta e procura reduz-se a nada e os homens retomam seu poder sobre a troca, a produção e o modo de seu relacionamento recíproco”. (MARX; ENGELS, 2007 [1845], p. 39).

central na crítica marxista ao capitalismo, é necessário acabar com a produção de mercadorias.

À produção mercantil, o autor contrapõe uma “associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho” (ibid., p. 153). Nesse caso, a produção seria diretamente social. É uma ideia que já havia aparecido nos *Grundrisse*:

A própria necessidade de primeiro transformar o produto ou atividade dos indivíduos na forma de *valor de troca*, no *dinheiro*, e o fato de que só nessa forma *coisa* adquirem e comprovam seu *poder* social, demonstra duas coisas: 1) que os indivíduos produzem tão somente para a sociedade e na sociedade; 2) que sua produção não é *imediatamente* social, não é o resultado da associação, que reparte o trabalho entre si. Os indivíduos estão subsumidos à produção social que existe fora deles como uma fatalidade; mas a produção social não está subsumida aos indivíduos que a utilizam como seu poder comum. (...) A *troca privada* de todos os produtos do trabalho, das atividades e das capacidades está em contradição tanto com uma distribuição fundada na dominação e na subordinação (...) (patriarcal, antiga ou feudal), como com a troca livre entre indivíduos que são associados sobre a base da apropriação e do controle coletivo dos meios de produção. (MARX, 2011 [1857-1858], p. 106-107).

Mais absurdo ainda seria supor que é possível manter a força de trabalho como mercadoria em uma sociedade socialista, pois aquele trabalhador “livre no duplo sentido” só existe no capitalismo! Para construir uma sociedade socialista, portanto, é necessário a força de trabalho deixe de ser mercadoria e que se acabe com o trabalho assalariado (independente do salário ser pago por um capitalista ou pelo Estado), já que “o trabalho como trabalho assalariado e as condições de trabalho como capital (...) são expressões da mesma relação, somente a partir de seus diferentes polos” (MARX, 1982, p. 213).

Além disso, no socialismo não há lugar para o Estado, algo próprio das sociedades divididas em classes:

Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze. (ENGELS, 2012a, p. 218).

Isso não significa que algumas das funções que são desempenhadas pelo Estado não continuarão existindo. Na Comuna de Paris, por exemplo, a população se organizou diretamente para cumprir funções que antes eram estatais. A segurança foi realizada pelo próprio povo armado e o exército permanente foi

suprimido. A educação foi aberta para todos e passou a ser dirigida pelos trabalhadores, sem as anteriores interferências da Igreja e do Estado. “Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental” (MARX, 2011 [1871], p. 57). A Comuna era “um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (ibid., p. 59).

Só é possível pensar na sociedade socialista porque algumas suas condições materiais já aparecem no capitalismo¹⁴. Uma delas é o aumento da produtividade que faz com que cada vez seja necessário menos trabalho vivo na produção. Isso permitiria diminuir o tempo de trabalho, aumentando o tempo livre. Outra característica do capitalismo é que há uma socialização cada vez maior da produção. Não só no interior de cada fábrica, mas as próprias fábricas deixam de ser propriedade de um capitalista individual, ocorrendo diferentes transformações na propriedade, mas sem que acabem as relações de produção capitalistas. Com o desenvolvimento do sistema de crédito e das sociedades por ação, o capital recebe a forma de capital social. A expropriação atinge não só os trabalhadores, mas também os pequenos capitalistas.

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (id., 2013 [1867], p. 832).

“É a abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista” (id., 1986a [1894], p. 332). Marx diz que as sociedades anônimas, assim como as cooperativas, são formas de transição entre o capitalismo e o modo de produção associado, com a diferença que “em um caso o antagonismo aparece abolido negativamente, enquanto no outro aparece abolido em

¹⁴ “Se não encontrássemos veladas na sociedade, tal como ela é, as condições materiais de produção e as correspondentes relações de intercâmbio para uma sociedade sem classes, todas as tentativas para explodi-la seriam quixotadas.” (MARX, 2011 [1857-1858], p. 107).

sentido positivo” (ibid., p. 419). Mas as sociedades por ações não são a única forma que assume o “capital diretamente social” no capitalismo, em substituição à propriedade individual. Ao analisar o envolvimento do Estado na produção, Engels lembra que a propriedade estatal continua sendo uma forma de propriedade capitalista, mas contém o meio para a sua superação:

Mas nem a transformação em sociedades por ações, nem a transformação em propriedade do Estado priva as forças produtivas de sua qualidade de capital; o caso é evidentíssimo para as sociedades por ações. [...] O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista; [...] é o capitalista coletivo ideal. Quanto mais forças produtivas se apropria, mais se converte em um verdadeiro capitalista coletivo, mais cidadãos explora. Os trabalhadores seguem sendo assalariados, proletários; o capitalismo não se suprime, muito pelo contrário, se extrema; mas chegando ao ponto máximo muda de direção e o Estado, proprietário das forças produtivas, não é a solução do conflito, mas contém o meio, a chave da solução. (ENGELS, 1972 [1877], p. 291).

Assim, o próprio desenvolvimento do capitalismo traria os germes do socialismo. Mas isso não quer dizer que Marx e Engels acreditem em um progresso unilinear e mecânico da história, onde qualquer sociedade passa automaticamente por cada etapa até chegar no comunismo, o que pode ser percebido, por exemplo, nos seus escritos sobre a Rússia. Após um artigo de Nicolai Mikhailovski tentando aplicar a acumulação primitiva descrita em *O Capital* à Rússia, Marx escreve uma carta em resposta dizendo que aquele processo correspondia ao que havia ocorrido na Europa Ocidental, não podendo ser transformado “em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem” (MARX, 2013 [1877], p. 68). Já em 1881, Marx recebeu uma carta de Vera Zasulich dizendo que marxistas russos usavam mais uma vez *O Capital* para justificar que deveriam esperar que o capitalismo se desenvolvesse na Rússia para, só então, pensar em socialismo. Nos vários rascunhos para a carta de resposta, Marx mostra mais uma vez que não tem uma interpretação mecanicista da história. Diz ele: “os ‘marxistas’ russos de que me falais me são desconhecidos. Os russos com os quais eu tenho relações pessoais, ao que eu saiba, têm pontos de vista totalmente opostos” (MARX, 2013 [1881], p. 104). Diz ainda que a comuna rural russa poderia “tornar-se um *ponto de partida direto*” ao socialismo (ibid., p. 96), ideia que também aparece no prefácio da edição russa do *Manifesto comunista*:

O *Manifesto Comunista* tinha por tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia

vemos que, ao lado florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que começa a desenvolver-se, mais de metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a *Obshchina* russa – forma já muito deteriorada da antiga posse comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente? Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista. (MARX; ENGELS, 2010 [1882], p. 73).

Marx reconhece que a comuna rural russa estava se desagregando e, “a menos que seja rompido por uma potente reação, esse concurso de influências destrutivas naturalmente deverá levar a comuna rural à morte” (MARX, 2013 [1881], p. 97). Foi o que aconteceu. Nos 36 anos que se passaram entre essas cartas e a Revolução, pouco sobrou das comunas rurais. A própria Vera Zasulich, em um texto de 1884, já apontava isso (ZASULITCH apud RIAZANOV, 2013 [1924], p. 76). Mais tarde, Lenin (1982 [1899]) mostrou o mesmo.

Ainda que a possibilidade de aproveitar as comunas rurais na transição ao socialismo não tenha sido aproveitada, esses textos são importantes para mostrar que o Marx não achava que todos os países teriam que passar pelas mesmas etapas até o socialismo. Ao contrário do que dizia a ideologia dominante nos partidos comunistas dos países periféricos em meados do século XX, os comunistas não devem esperar sentados enquanto o capitalismo se desenvolve.

Poucos anos antes dessas cartas, houve a unificação da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (fundada por Lassalle) com o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, no Congresso de Gotha. Marx escreveu uma crítica à proposta de programa apresentada pelos lassallistas para o partido que mostra algumas ideias sobre como ele achava que deveria ser a transição ao socialismo, pelo menos na Alemanha. Um dos pontos enfatizado é a necessidade de se acabar com a produção mercantil e com a lei do valor para se chegar ao socialismo:

no interior da sociedade cooperativa, fundada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam seus produtos; do mesmo modo, o trabalho transformado em produtos não aparece aqui como *valor* desses produtos, como uma qualidade material que eles possuem, pois agora, em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos individuais existem não mais como um desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total. (MARX, 2012 [1875], p. 29).

Na primeira fase da sociedade comunista, que ainda traz “as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade”, seguirá valendo o

princípio do direito burguês de troca de equivalentes. A proposta de Marx para a distribuição¹⁵ é que, depois de deduções para os fundos coletivos, cada trabalhador receba um certificado¹⁶ da quantidade de trabalho que forneceu para que, com esse certificado, possa retirar dos estoques sociais de produtos a quantidade de meios de consumo equivalentes ao seu trabalho. Já nessa primeira fase, portanto, não há mais salário e o objetivo da produção não é a criação de valor. O resultado da produção não é mercadoria¹⁷.

Já na fase superior do comunismo,

quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (ibid., p. 31-32).

Essa mudança na distribuição só é possível porque também será transformada a produção, já que “a distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção”

¹⁵ A forma como se dará a distribuição na sociedade socialista depende, entre outras coisas, do desenvolvimento das forças produtivas. Em carta a C. Schmdit, em 5 de agosto de 1890, Engels diz: Houve também uma discussão na Volks-Tribune sobre a distribuição dos produtos na futura sociedade, se isso vai acontecer de acordo com a quantidade de trabalho realizado ou não. A questão tem sido abordada de forma muito "materialista", em oposição a certa fraseologia idealista sobre justiça. Mas, curiosamente, ninguém percebeu que, afinal de contas, o método de distribuição depende essencialmente do quanto há para distribuir e isso mudará certamente com o progresso da produção e da organização social, de forma que o método de distribuição também deve mudar. Mas para todos que participaram do debate, a "sociedade socialista" apareceu não como algo em constante mudança e progresso, mas como algo estável e fixo e que deve, portanto, ter um método de distribuição fixado de uma vez por todas. Tudo o que se pode fazer razoavelmente, entretanto, é 1) tentar descobrir o método de distribuição a ser usado no início e 2) tentar achar uma tendência geral do desenvolvimento posterior. Mas sobre isso eu não encontro uma única palavra em todo o debate”.

¹⁶ A ideia dos certificados de tempo de trabalho já aparecem em *O capital*, onde Marx deixa claro que eles não são dinheiro: “o capital monetário na produção social é eliminado. A sociedade distribui força de trabalho e meios de produção entre os diferentes ramos de negócios. Os produtores podem receber, por fim, vales de papel com os quais retiram das reservas sociais de consumo um quantum correspondente a seu tempo de trabalho. Esses vales não são dinheiro. Eles não circulam” (MARX, 1984 [1867], p. 266). Quem fez inicialmente a proposta desses certificados de trabalho foi Robert Owen: “o ‘dinheiro-trabalho’ de Owen é tão pouco ‘dinheiro’ quanto, digamos, uma máscara de teatro. Owen pressupõe o trabalho imediatamente socializado, uma forma de produção diametralmente oposta à produção de mercadorias. O certificado de trabalho comprova apenas a parte individual do produtor no trabalho comum e seu direito individual ao consumo de uma parte determinada do produto comum.” (MARX, 2013 [1867], p. 169).

¹⁷ “Quando os meios de produção são possuídos socialmente, para a produção de mercadorias e com ela o domínio do produto sobre o produtor.” (ENGELS, 1972 [1877], p. 296).

(*ibid.*, p. 32). Ou seja, não é possível mudar a distribuição sem mexer na produção, como defendem alguns socialistas vulgares:

O socialismo vulgar (...) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição. Depois de a relação estar há muito esclarecida, por que retroceder? (*ibid.*, p. 33).

É importante ressaltar que Marx não diferenciava *socialismo* de *comunismo*. Para ele, os dois termos eram usados igualmente para definir a nova sociedade, que ele também chamava outros nomes, como *associação*, *união* e *sociedade de produtores*. É Lenin (2010 [1917], p. 111-122), quem diferencia *socialismo* de *comunismo*, associando-os às duas fases citadas por Marx na *Crítica do programa de Gotha*. A diferença não é apenas de nome, mas da própria caracterização do que seria cada fase¹⁸. Antes das duas fases, entretanto, haveria um turbulento período de transição: “entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*”¹⁹ (MARX, 2012 [1875], p. 43).

¹⁸ Sobre as diferenças entre as visões de Marx e Lenin sobre as fases da transição para o socialismo, ver Chattopadhyay (1992).

¹⁹ Esse é outro termo controverso, já que o significado que se dava para ditadura naquela época não era o mesmo que se dá hoje. A palavra se origina da *dictatura* romana, uma instituição que proporcionava um exercício emergencial de poder a algum cidadão confiável por um curto período de tempo. O objetivo era preservar a república contra aquilo que hoje conhecemos por ditadura. No século XIX, o termo era usado com diferentes significados, mas em geral não era considerado o oposto de democracia, como hoje. Draper (1986) faz um levantamento dos diferentes usos do termo naquela época e fala sobre as quinze vezes em que Marx e Engels citam ditadura do proletariado. Em outro livro, o mesmo autor mostra o que mudou no significado de ditadura do proletariado de Marx até a Revolução Russa (DRAPER, 1987).

2. A REVOLUÇÃO RUSSA E A TENTATIVA DE UM TAYLORISMO SOCIALISTA

2.1 A Revolução Russa

Contrariando a previsão de muitos marxistas, a primeira revolução comunista aconteceu na Rússia. Os trabalhadores russos já haviam mostrado sua força em 1905, quando, no início do ano, uma grande manifestação organizada pela Associação dos Operários Russos das Fábricas de São Petersburgo reuniu mais de 200 mil pessoas em frente ao Palácio de Inverno para exigir jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, reforma agrária, eleições e a criação de uma assembleia constituinte. O czar reprimiu violentamente essa manifestação, deixando centenas de mortos e milhares de feridos, o que gerou uma revolta ainda maior dos trabalhadores. Em pouco tempo, uma onda de greves se espalhou pelo resto do país.

A Revolução de 1905 contribuiu para a organização da classe operária e em São Petersburgo, onde o movimento começou, surgiu o primeiro Conselho dos Deputados Operários, ou *soviet*, que não se conteve nas atividades sindicais, chegando a atuar também em funções como abastecimento, trânsito e saúde pública, funcionando como uma espécie de poder paralelo (REIS FILHO, 2003, p. 42). Segundo Trotsky (1906),

O conselho organizava cerca de 100.000 operários. Todas as fábricas tinham seu centro organizativo: o colégio de deputados da fábrica. Todos os bairros o seu: a assembleia dos deputados do distrito. E, finalmente, o conjunto do proletariado petersburguês tinha o seu: o conselho. Se tratava de uma vasta organização, livre, influente e dotada de iniciativa. Implantou-se simultaneamente uma intensa atividade para fundar sindicatos, que aspiravam à união. Dispunham de um órgão coordenador: o bureau central dos sindicatos. A partir da delegação das diversas empresas, o conselho mesmo assumia a representação das organizações setoriais. Em seu último período de existência estavam representados dezesseis sindicatos.

As lutas não ficaram só nas cidades. No campo, também houve fortes conflitos, com ocupações de terra e criação de cooperativas. Formou-se a União

Pan-Russa de camponeses e, na região de Samara, os camponeses chegaram a criar sua própria república, que foi logo sufocada por tropas do governo. Embora derrotada, a Revolução de 1905 foi um “ensaio geral” sem o qual a Revolução de Outubro não seria possível (LENIN, 2004a [1920], p. 283).

Doze anos depois, durante a I Guerra Mundial, a Revolução de Fevereiro derrubou o czarismo, mas bolcheviques decidiram não participar do governo provisório, defendendo a bandeira “todo poder aos soviets”²⁰. Assim, oito meses após o fim da dinastia dos Romanov, em outubro de 1917, acontece a Revolução Bolchevique e os comunistas, pela primeira vez na história, passam a governar um país.

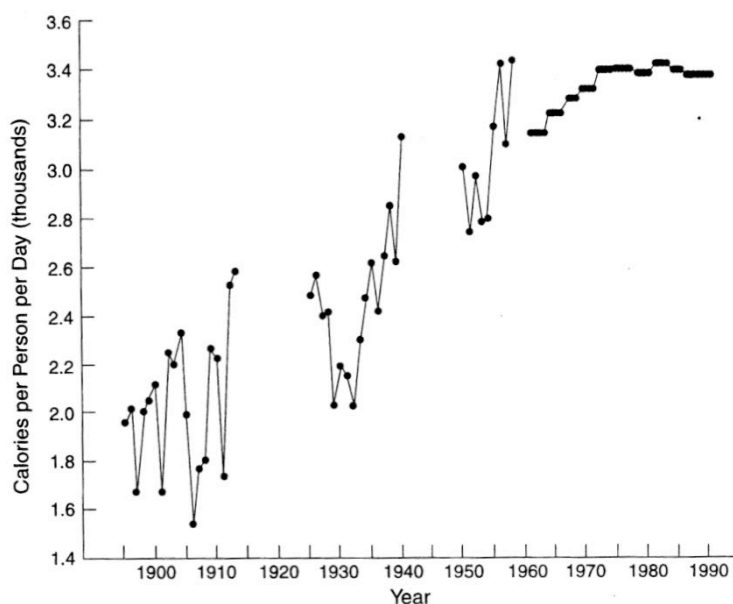
As conquistas econômicas e sociais foram muitas nas primeiras décadas. Nos anos 30, enquanto o mundo capitalista passava por uma grande crise, a URSS apresentava um alto crescimento econômico. O PIB per capita, quem após a Segunda Guerra era de US\$ 573, chegou a US\$ 2.156 em 1937²¹, um crescimento real médio anual de quase 8%. No mesmo período, o PIB per capita dos Estados Unidos teve um crescimento médio real de 0,69%²². Ao fim da Segunda Guerra, a Rússia, que antes da revolução era considerado um país atrasado, tinha se tornado a segunda maior potência econômica, militar e tecnológica do mundo. Um país majoritariamente agrário, que pouco tempo antes ainda tinha uma organização quase feudal da economia, tornou-se o primeiro a mandar um homem ao espaço. O nível de vida da população melhorou consideravelmente e todos tinham emprego e moradia. Um dos indicadores que mostra a melhora das condições materiais é a quantidade de calorias consumida pela população russa:

²⁰ Nas *Teses de abril*, Lenin escreveu: “Nenhum apoio ao Governo Provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas [...] defendendo ao mesmo tempo a necessidade de que todo o poder de Estado passe para os Sovietes de deputados operários”. (LENIN, 1988 [1917], p. 14)

²¹ Em US\$ de 1990. Fonte: Maddison Project Database. <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/data.htm>

²² Mesmo quando usamos como período inicial 1913, antes do início da guerra e ano que o PIB per capita do período czarista atingiu o seu máximo, os russos continuam na frente: 1,55% contra 1,04%.

Disponibilidade per capita de calorias na Rússia/URSS, 1885-1989.



Fonte: Allen (2008).

A criação de um bom sistema saúde pública fez com que os indicadores da Rússia se aproximasse dos países da Europa Ocidental. A altura média dos homens que se alistavam no exército – uma das formas usadas para avaliar as condições de alimentação e saúde de uma população – que em 1910 era de 165cm, em 1940 passou para 172cm (ALLEN, 2008). A mortalidade infantil caiu 90% e a expectativa de vida, quarenta anos depois da revolução, já era quase a mesma que a da França:

Expectativa de vida na Rússia e na França

	Rússia		França		França/Rússia	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1896-97	30,9	33,0	45,4	48,7	1,47	1,48
1926-27	39,3	44,8	51,8	56,2	1,32	1,25
1938-39	39,6	46,1	55,9	62,0	1,41	1,34
1958-59	61,9	69,2	66,8	73,1	1,08	1,06

Fonte: elaboração própria, a partir de Meslé e Vallin (2012, anexo II, tabela 1).

Outra área em que houve avanços significativo foi a educação. O analfabetismo, que em 1917 atingia cerca de 75% da população, foi erradicado. Na década de 1970, a UNESCO reconheceu a URSS como o país do mundo onde mais se liam livros e viam filmes (SANTOS, 2013). Em 1949, ao visitar a Biblioteca Lenin, em Moscou, o escritor brasileiro Jorge Amado se surpreendeu com a quantidade de livros disponível:

Para se ter uma ideia de como toda a cultura do mundo é colocada à disposição do povo russo, através de edições grandes e baratas, citarei algumas cifras relativas a escritores mais conhecidos. Cerca de 3 milhões de exemplares de livros de Charles Dickens foram publicados na União Soviética, após 1917. De Victor Hugo, mais de 4 milhões, também de Maupassant. De Shakespeare, mais de 2 milhões. De Wells, mais de 3 milhões e meio. De Jack London (popularíssimo na URSS), mais de 11 milhões. De Heine, cerca de 1 milhão e meio, de Goethe, quase 1 milhão. De Balzac e de Romain Rolland, mais de 2 milhões de cada e de Zola, mais de 2 milhões e meio. (AMADO apud PRIETO, 2003).

Tais avanços nunca aconteceriam se o czarismo fosse mantido na Rússia, ou mesmo se tivesse sido substituído por um governo republicano burguês. Crescimento econômico, educação, cultura, saúde, moradia, desenvolvimento tecnológico... Em todos esses critérios a URSS, nas suas primeiras décadas, se saiu melhor do que praticamente todos os demais países. Faltou, entretanto, aquele que era um dos principais objetivos dos comunistas: entregar o poder aos trabalhadores.

O prometido “definhamento” do Estado, que se iniciaria “logo em seguida” à vitória do proletário (LENIN, 2010 [1917], p. 49) foi substituído por um fortalecimento cada vez maior do Estado. Houve um processo de burocratização do Partido e do Estado e o poder político foi concentrando-se em poucas mãos. Aconteceu aquilo que Trotsky escrevera em 1904, em resposta a *Que fazer?*, de Lenin. Preocupado com as concepções centralistas e autoritárias de alguns bolcheviques, Trotsky havia mostrado apreensão em relação àquilo que chamou de “substitucionismo”, uma situação na qual não só o partido substitui a classe operária, mas “a organização do partido — um pequeno comitê — começa por substituir ao conjunto do partido, em seguida o comitê central substitui à organização e finalmente um ‘ditador’ substitui ao comitê central”²³ (TROTSKY [1904] apud LÖWY, 1999, p. 58).

Os trabalhadores tinham pouca influência sobre as grandes decisões do país e aqueles que discordavam do Politburo eram presos ou assassinados. E o que é pior: eles também tinham pouco poder sobre suas próprias vidas, em particular sobre seu trabalho. No lugar da esperada emancipação, os russos se viram

²³ O próprio Trotsky acabará mais tarde fazendo aquilo que tinha criticado, como será mostrado nesse capítulo. Em uma intervenção no segundo congresso mundial do Komintern, em 1920, falando sobre a proposta de paz do governo polonês, ele diz: “Quem decide sobre estas questões? Nós temos o Conselho de comissários do povo, mas ele também deve estar submetido a um certo controle. Controle exercido por quem? Controle por uma massa informe, caótica? Não. O comitê central do partido está reunido para discutir a proposta e decidir qual deve ser a resposta. E quando nós devemos conduzir a guerra, organizar as novas divisões, encontrar para elas os melhores elementos – para quem nos voltamos? Para o partido. Para o comitê central” (TROTSKY apud LÖWY, 1999, p. 60). A partir de 1923, entretanto, Trotsky muda de posição e volta a criticar a burocratização do partido.

trabalhando em fábricas que pouco se diferenciavam daquelas existentes nos países capitalistas. A adoção de tecnologias e métodos de gestão burgueses se tornou dominante:

Na prática, a industrialização soviética imitava o modelo capitalista; e à medida que a industrialização avançava, a estrutura perdia seu caráter provisório e a União Soviética acomodava-se a uma organização do trabalho diferente apenas em pormenores em relação aos países capitalistas. Assim, os trabalhadores soviéticos carregam todos os estigmas das classes trabalhadoras ocidentais. No processo, o efeito ideológico se fez sentir em todo o mundo marxista: a tecnologia do capitalismo, que Marx havia tratado com cautelosa reserva, a organização e administração do trabalho, que ele havia tratado com tão ardorosa hostilidade, tornaram-se relativamente aceitáveis. (BRAVERMAN, 1977, p. 22)

Este capítulo trata do debate que houve na URSS sobre o modelo de organização das fábricas e a participação dos trabalhadores na gestão, mas inicialmente, será feita uma discussão sobre o taylorismo, pois este era o sistema de organização do trabalho dominante no capitalismo do início do século XX e inspirou o modelo soviético.

2.2 O sistema Taylor

Frederick Winslow Taylor (1856-1915) foi um engenheiro estadunidense que ficou conhecido como o pai da organização científica do trabalho. Embora tenha ingressado em Harvard para estudar Direito, abandonou cedo a faculdade e tornou-se aprendiz de mecânico na *Enterprise Hydraulic Works*, na Filadélfia. Em 1878, passou a trabalhar na *Midvale Steel Company*, onde logo foi promovido a chefe de equipe e, mais tarde, a engenheiro-chefe²⁴. Nessa empresa, Taylor adotou métodos de organização do trabalho que permitiram, depois de três anos, produzir com 140 operários o que antes era produzido com mais de 400. Depois, de 1898 a 1901, Taylor trabalhou na *Bethlehem Steel Company*, onde ajudou a desenvolver o “aço rápido”, que, como o nome diz, fez com que o tempo gasto na produção de aço diminuísse consideravelmente. Após sair da *Bethlehem Steel*, Taylor passou a escrever sobre a experiência que havia adquirido nessas empresas em livros como *Shop Management* e *Princípios de administração científica*, que tiveram grande repercussão nos EUA e no resto do mundo.

²⁴ Em 1883 ele se formou em Engenharia Mecânica.

Para ele, o principal problema da produção era a “vadiagem no trabalho”. Em vez de se esforçar, o trabalhador costuma “trabalhar deliberadamente devagar, de modo a evitar a realização de toda a tarefa diária, fazer cera” (TAYLOR, 1990 [1911], p. 27). Isso acontece porque os operários sentem-se livres para escolher os métodos de trabalho – métodos estes que geralmente eram ensinados pelos operários mais antigos. Para resolver esse problema, era necessário que a gerência controlasse o processo de trabalho.

Na sua primeira experiência como gerente, ainda na *Midvale*, Taylor tentou impor novos métodos a seus funcionários, mas houve uma resistência. Depois disso, ele disse que entendeu “perfeitamente, que, embora fosse chefe na fábrica, o conhecimento conjunto de todos os trabalhadores meus subordinados era seguramente dez vezes maior que o meu” (ibid., p. 50). Para tirar do operário o controle sobre o trabalho e passá-lo para a gerência – permitindo a redução da “vadiagem” e o aumento da produção – era necessário que a gerência científica se apropriasse do conhecimento dos trabalhadores²⁵. O foco, portanto, não era gerar novos conhecimentos, mas concentrar os conhecimentos já existentes²⁶:

O sistema Taylor tem como função essencial dar à direção capitalista do processo de trabalho os meios de se apropriar de todos os conhecimentos práticos, até então, monopolizados, de fato, pelos operários. Não há, ou há muito pouca produção de conhecimentos novos; mas há apropriação, pelo capital e seus agentes, do saber operário, na maior parte dos casos, perfeitamente adequado. (LINHART, 1983, p. 79).

Taylor exemplifica seu sistema com um exemplo de quando foi engenheiro da *Bethlehem Steel*. A empresa possuía uma equipe de funcionários que carregavam, em média, 12,5 toneladas de aço por dia. Depois de estudar os movimentos feitos por esses trabalhadores, ele concluiu que um “carregador de primeira classe” poderia carregar 47 toneladas por dia. Mas como convencê-los disso? Sua experiência na *Midvale* já havia mostrado que tentar impor uma mudança que aumentem o ritmo de trabalho ao conjunto dos trabalhadores gera resistência, então as mudanças deveriam ocorrer individualmente: “nesse novo sistema de administração é regra inflexível falar e tratar com um trabalhador de cada vez” (TAYLOR, 1990 [1911], p. 44). O primeiro carregador escolhido por Taylor para testar seu método foi Schmidt, não só por suas condições físicas, mas também por

²⁵ “À gerência é atribuída, por exemplo, a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores” (TAYLOR, 1990 [1911], p. 40).

²⁶ “Taylor não estava interessado, a princípio, no avanço da tecnologia. (...) Interessava-lhe o controle do trabalho em qualquer nível de tecnologia” (BRAVERMAN, 1977, p. 101).

ter fama “de dar muito valor ao dinheiro”. Foi-lhe oferecido um aumento salarial de 60% se ele aceitasse trabalhar exatamente como o gerente lhe mandasse, sem reclamar: “quando este homem mandar você andar, você anda; quando disser que se sente, você senta e descansa” (ibid., p. 46). A experiência deu certo e Schmidt conseguiu carregar as 47 toneladas.

Mas não eram todos os trabalhadores que aceitariam trabalhar em uma tarefa tão monótona e cumprindo ordens para cada movimento. Para Taylor, o operário ideal é aquele que não pensa: “um dos principais requisitos para um indivíduo que queira carregar lingotes de ferro como ocupação regular é ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi” (ibid., p. 53). Além disso, dos antigos carregadores da fábrica, apenas um em cada oito era fisicamente capaz de carregar as 47 toneladas diárias. Deste modo, não bastava selecionar os mais aptos dentre os antigos operários da fábrica, mas buscar também outros em localidades vizinhas, atraídos pelo salário mais alto (que, entretanto não durava muito²⁷).

Com o novo sistema, algumas funções na indústria tornaram-se tão degradantes que nenhum operário antigo aceitava trabalhar nelas. Era necessário incorporar à classe trabalhadora urbana dos EUA camponeses e imigrantes que, por não estarem acostumados, aceitavam esse novo modelo de divisão do trabalho²⁸. Além disso, Taylor afirma várias vezes que seu sistema evita greves²⁹. Em uma conferência na Sociedade Americana de Engenheiros Mecânicos, ele explicou como conseguiu “minar, na base, os sindicatos de ofícios” (LINHART, 1983, p. 97).

Na gerência científica, o controle do trabalho se dá através “do controle das *decisões que são tomadas no curso de trabalho*” (BRAVERMAN, 1977, p. 98) e para que isso aconteça, deve-se seguir três princípios:

²⁷ Mais tarde, Taylor passou a reclamar que a maioria das empresas que adotavam seus “incentivos científicos” os tratavam como um mero pagamento por peça e os cortavam assim que possível. O resultado era que os operários acabavam recebendo o mesmo que antes, mas com um ritmo de trabalho muito mais intenso (BRAVERMAN, 1977, p. 99).

²⁸ “O serviço sujo é feito por imigrantes italianos ou húngaros”. (TAYLOR, 1947 [1903], p. 147).

²⁹ Ver Taylor (1990 [1911], p. 35, 44, 74, 97 e 1947 [1903], p. 68). Linhart (1983, p.95) cita um jornal operário francês que, em 1913, publicou um artigo sobre a greve dos trabalhadores da Renault que resistiam à adoção dos métodos tayloristas: “Taylor diz que seu método é uma verdadeira máquina de guerra contra o sindicalismo operário. Ele tem razão! Não deixemos que ele se implante neste país!”

- 1) O gerente deve reunir “todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíam os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas” (TAYLOR, 1990 [1911], p. 40). Assim o trabalho se torna independente do conhecimento do trabalhador e passa a depender das políticas gerenciais;
- 2) Máxima separação entre concepção e execução do trabalho³⁰: “todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento” (id., 1947 [1903], p. 98-99);
- 3) Adoção da noção de tarefa, “talvez o mais proeminente elemento isolado na gerência científica”. Segundo essa noção, “o trabalho de todo operário é inteiramente planejado pela gerência [...] e cada homem recebe [...] instruções escritas completas, pormenorizando a tarefa que deve executar, assim como os meios a serem utilizados ao fazer o trabalho” (Id., 1947 [1912], p. 63, 39).

Ou seja, o conhecimento sobre o trabalho, que antes era pertencente aos próprios trabalhadores, vai sendo concentrado na gerência que, com esse monopólio de conhecimento, passa a controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. Assim, aprofunda-se um modelo de produção baseado “no trabalho *parcelar e fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades” (ANTUNES, 2009, p. 39). É por isso que o Taylorismo não é um sistema de organização do trabalho que busca uma eficiência técnica da produção aplicável a qualquer sociedade. Segundo Braverman (1977, p. 86), “não é a ‘melhor maneira’ de trabalhar ‘em geral’ o que Taylor buscava, (...) mas uma resposta ao problema específico de **como controlar melhor o trabalho alienado**”. Logo, nenhuma tentativa de superar a alienação do trabalho deve basear-se no sistema Taylor. O socialismo é antagônico ao taylorismo, pois pressupõe que o controle da produção seja exercido pelos próprios trabalhadores.

³⁰ Separação entre concepção e execução do trabalho é uma definição melhor do que a que se costuma usar de separação entre trabalho manual e mental, pois mesmo o trabalho mental pode ser dividido entre concepção e execução.

2.3 Lenin e o taylorismo

A primeira vez que Lenin escreveu sobre o taylorismo foi em 1913. Nos EUA, onde o sistema já havia sido adotado há alguns anos, havia uma forte resistência dos sindicatos e, inclusive, de alguns capitalistas. Na Europa ainda iniciava-se sua introdução, mas a resistência já era visível. Em fevereiro de 2013, os operários da Renault entraram em greve contra a adoção dos métodos tayloristas. O jornal dos grevistas franceses denunciava que “seu objetivo é privar os operários de toda e qualquer iniciativa em seu trabalho. [...] Não permite ao operário *pensar*” (apud LINHART, 1983, p. 95). Apenas um mês depois de iniciada essa greve, Lenin publica um artigo no *Pravda*, dizendo que, no capitalismo, o progresso da ciência e da tecnologia serve para aumentar a exploração, é um “progresso na arte de transpiração” (LENIN, 1978 [1913], p. 595). Ele faz duras críticas ao “sistema científico” de Taylor, cujo propósito seria “extrair do operário três vezes mais trabalho numa mesma jornada de trabalho. (...) E se ele morrer jovem? Bem, há muitos outros esperando no portão” (ibid., p. 594). Assim como no restante da Europa, a “gerência científica” já estava sendo adotada na Rússia, principalmente nas grandes fábricas controladas pelo capital estrangeiro, com equipamentos e a tecnologia vindos do exterior. Mas ao contrário dos outros países, a resistência era menor, pois a maioria do proletariado era formada por trabalhadores recém-chegados do campo.

Um ano depois, também no *Pravda*, Lenin publica outro artigo sobre o tema, onde aparece um duplo caráter do sistema Taylor, visão que será aprofundado mais tarde. Ele começa descrevendo os métodos tayloristas que buscam uma racionalização do processo de trabalho, como o uso da fotos e filmagens para estudar os movimentos e a eliminação de movimentos supérfluos. Esses métodos buscam uma distribuição racional do trabalho dentro da fábrica³¹, mas a distribuição do trabalho na sociedade como um todo continua submetida à anarquia do mercado. Além disso, “esses aperfeiçoamentos são introduzidos *contra* os trabalhadores”, aumentando ainda mais a opressão e a exploração. Mas, se por um lado, o capital “organiza e racionaliza o trabalho dentro da fábrica com o objetivo de aumentar a

³¹ Essa definição do taylorismo como racionalização do processo de trabalho está “conforme a apresentação ideológica que o próprio Taylor fez de seu sistema” (LINHART, 1983, p. 86).

exploração dos trabalhadores e aumentar o lucro”, esse processo de organização e racionalização estava “preparando o tempo em que o proletariado tomará nas mãos toda a produção social”. No socialismo, os trabalhadores conseguiriam aplicar esses mesmos princípios racionais da distribuição social do trabalho através de comitês operários e dos sindicatos, sem estarem escravizados pelo capital (LENIN, 1977 [1914], p. 153-154). Era necessário aproveitar o que havia de bom no sistema Taylor.

Até a Revolução de 1917, Lenin não publicou mais nada sobre o taylorismo, mas estudou o assunto enquanto preparava seu livro *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (LENIN, 1979a [1917]) e fez anotações em de seus cadernos de estudo. Uma coisa que lhe chama a atenção é o reforço da aristocracia operária, ocorrendo um “aburguesamento” de alguns trabalhadores que passavam a receber mais do que os outros (id., 1981 [1912-1916], p. 157), algo que critica em outros textos da mesma época. Mas também fala positivamente do progresso técnico³² e diz que “esses estudos são de interesse da sociedade como um todo” e “devem ser ensinados na escola” (ibid., p. 159).

Algo que chama a atenção nos escritos de Lenin sobre o taylorismo é que ele não critica o aprofundamento da divisão entre concepção e execução do trabalho e a consequente perda de controle do processo de trabalho pelo trabalhador, algo que estava explícito nos livros de Taylor e que era criticado por sindicatos de diversos países. Não que ele não tivesse percebido esse aspecto do taylorismo, mas “para Lenin, a supressão da oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual é o produto final do desenvolvimento das forças produtivas. *Não é o resultado de uma ação deliberada do proletariado*” (LINHART, 1983, p. 93). As forças produtivas e os modelos de gestão seriam, até certo ponto, neutros em relação à luta de classes³³ e serviriam para aumentam a produtividade do trabalho. Se esse aumento da produtividade vai ser benéfico ou não para os trabalhadores, depende das relações

³² “Um exemplo esplêndido de progresso técnico sob o capitalismo em direção ao socialismo”. (LENIN, 1981 [1912-1916], p. 160).

³³ Com Stalin, a visão de neutralidade das forças produtivas (e não só delas) ganhará força. Em um texto escrito em 1950 sobre linguística, por exemplo, ele defende que a língua foi criada “para servir igualmente aos membros da sociedade, independentemente de sua situação de classe” e, portanto, no socialismo a língua será a mesma que no capitalismo. O mesmo se aplicaria aos meios de produção: “distinguindo-se fundamentalmente da superestrutura, a língua não se distingue, porém, dos meios de produção, das máquinas por exemplo, que são tão indiferentes às classes como a língua e que podem servir indiferentemente tanto ao regime capitalista como ao regime socialista” (STALIN, 1950).

de propriedade e do Estado. Se a produção for estatizada e o Estado for dirigido por um partido que representa os trabalhadores, as mesmas técnicas que, no capitalismo, serviam para aumentar a exploração poderiam, no socialismo, servir aos interesses do proletariado. Isso porque o excedente produzido não seria mais apropriado pela burguesia, mas por toda a sociedade. O problema é que as técnicas produtivas não são independentes do modo de produção:

Longe de serem independentes das determinações do capitalismo, as forças produtivas constituem, ao contrário, uma expressão material das relações sociais do capital. A mais-valia resulta da capacidade que a força de trabalho tem de despende no processo de produção um tempo de trabalho superior àquele que em si incorpora. O processo de produção é o próprio lugar desta relação contraditória, e a sua organização é, por isso, a organização desta contradição. As técnicas de gestão, os tipos de disciplina no trabalho, a maquinaria, nas suas sucessivas remodelações, têm como objetivo aumentar o tempo de sobretalho e reduzir o do trabalho necessário. Estas forças produtivas não são neutras, porque constituem a própria forma material e social como o processo de produção ocorre enquanto produção de mais-valia e como dessa mais-valia os trabalhadores são despossuídos. (BERNARDO, 2009, p. 410).

Uma das principais preocupações de Lenin naquele momento logo anterior à revolução era como fazer que os trabalhadores participassem da política e ajudassem a gerir o futuro Estado operário, e isso dependia do aumento da produtividade e da redução da jornada de trabalho, como ele diz em *O Estado e a Revolução*:

[A possibilidade de supressão da burocracia] nos é assegurada pelo fato de que o socialismo reduzirá o dia de trabalho, elevará as massas a uma nova vida e colocará a maioria da população em condições que permitam a todos, sem exceção, o desempenho das "funções governamentais", o que dará como resultado a extinção completa de todo Estado. (LENIN, 2010 [1917], p. 138)

Era isso que permitiria o exercício da democracia. O controle dos trabalhadores sobre o Estado era, portanto, prioritário em relação ao controle dos trabalhadores sobre o trabalho. A superação da divisão entre concepção e execução do trabalho nas fábricas era importante, mas era um objetivo de longo prazo e dependia de um aumento maior da produtividade do trabalho, que seria alcançado através de um uso racional das forças produtivas e da força de trabalho. Por isso a necessidade do taylorismo³⁴, mesmo que, no curto prazo, aumentasse essa divisão.

³⁴ Um dos problemas dessa análise é que o Taylor não busca exatamente um aumento da produtividade do trabalho. O foco dele é, através do controle sobre as decisões que são tomadas no curso do trabalho, diminuir a "vadiagem no trabalho", o que está ligado muito mais a um aumento da intensidade do trabalho do que da produtividade. Ou seja, um aumento do mais-valor absoluto. Isso

E mais: ao aprofundar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, este acaba sendo simplificado, o que poderia ser útil naquele momento. Nos EUA, uma característica marcante do taylorismo foi a expropriação do saber dos antigos operários das fábricas. Na Rússia, a situação era diferente: não só os operários qualificados eram poucos, como uma parcela grande deles morreu na I Guerra e outros morreriam depois, na Guerra Civil. A reconstrução da indústria russa depois da revolução teve que ser feita com trabalhadores vindos do campo e sem nenhuma experiência fabril. Se o objetivo era retomar a produção industrial em pouco tempo, poderia ser vantajoso um modelo de gestão em que esses novos trabalhadores apenas cumprissem ordens e executassem tarefas manuais, sem necessitar de grandes conhecimentos sobre seu novo trabalho³⁵.

Uma hipótese apresentada por Linhart para explicar os limites do pensamento de Lenin e da maioria dos bolcheviques sobre o processo de trabalho é que a repressão czarista, as prisões na Sibéria e o exílio impediu que eles vivessem de maneira contínua a atividade produtiva dos operários russos. Isso fez com que seus pensamentos fossem

mais orientados para as sínteses econômicas do que para a reflexão sobre os gestos cotidianos do produtor direto. [...] Os bolcheviques, cuja corrente ideológica tinha se formado em oposição a qualquer forma de “*trade-unismo*”, eram inclinados a pensar que, para a classe operário, o essencial não era jogado no interior das fábricas, mas no terreno político. (LINHART, 1983, p. 102-103).

Isso limitava a crítica aos métodos capitalistas de gestão e eles acabavam sendo vistos como algo meramente técnico para aumentar a produtividade. Bem diferente era o caso dos comunistas chineses, que antes da revolução já participavam diretamente da produção.

Em outubro de 1917 os bolcheviques tomam o poder e aquilo que era até então um projeto de transição ao socialismo precisa ser colocado em prática. Em

não significa que, no processo de implementação do taylorismo, não tenham surgido inovações técnicas que aumentaram a produtividade.

³⁵ Era o que defendia Krupskaya, dirigente bolchevique e esposa de Lenin, em um artigo sobre o taylorismo: “A divisão de funções e a introdução de instruções escritas permitem o uso de pessoas menos qualificadas em qualquer trabalho. [...] Um administrador experiente pode usar pessoas com qualificações de segunda categoria se ele instrui-los corretamente e dividir o trabalho entre eles de um modo conveniente” (KRUPSKAYA apud SOCHOR, 1981, p. 257). Essa tendência já era apontada por Marx (2013 [1867], p. 424): “juntamente com a gradação hierárquica, surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para estes últimos, os custos de aprendizagem desaparecem por completo, e para os primeiros esses custos são menores, em comparação com o artesanato, devido à função simplificada. Em ambos os casos diminui o valor da força de trabalho.”

abril de 1918, Lenin publica as *Tarefas imediatas do poder soviético*, onde defende mais uma vez a ativa participação dos trabalhadores na construção do novo Estado. A organização soviética substituiria a “democracia formal da república burguesa” pela “verdadeira participação das massas trabalhadoras” na administração do país (LENIN, 1988 [1918], p. 575). Mas dentro das fábricas, deveria valer uma ditadura técnica:

A revolução acaba de quebrar as cadeias mais antigas, mais fortes e mais pesadas, com as quais se submetiam as massas pela força. Isso acontecia ontem. Mas hoje, essa mesma revolução, precisamente no interesse do seu desenvolvimento e consolidação, precisamente no interesse do socialismo, exige a obediência sem reservas das massas à vontade única dos dirigentes do processo de trabalho. (ibid., p. 581).

Isso seria necessário por questões técnicas da grande indústria, que funcionaria melhor se todos seguissem a autoridade dos especialistas. Mais uma vez, Lenin diz que o taylorismo no capitalismo serve para aumentar a exploração, mas que no socialismo seu progresso técnico deve ser aproveitado:

É preciso colocar na ordem do dia, aplicar na prática e experimentar o salário à peça, aplicar muito do que há de científico e progressivo no sistema de Taylor, (...) A última palavra do capitalismo neste aspecto, o sistema de Taylor – tal como todos os progressos do capitalismo –, reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma série de riquíssimas conquistas científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registo e controle, etc. (...) Tem de se criar na Rússia o estudo e o ensino do sistema de Taylor, a sua experimentação e adaptação sistemáticas. (ibid., p. 574)

“Faz cuidadosa e honestamente as contas do dinheiro, gere de modo econômico, não sejas preguiçoso, não roubes, observa a mais rigorosa disciplina no trabalho.” Seguir essas palavras de ordem na fábrica, segundo Lenin (ibid., p. 563), eram a condição “necessária e **suficiente** para a vitória definitiva do socialismo”. Ou seja, para chegar a uma organização socialista do trabalho seria suficiente que os trabalhadores agissem da mesma forma que os capitalistas antes lhes impunham!

O primeiro esboço desse artigo, que só foi publicada depois da morte de Lenin, mostra uma visão um pouco diferente. Ele é mais enfático sobre quais seriam as diferenças entre o uso capitalista e o uso socialista do taylorismo. Se nos EUA o sistema Taylor era aplicado nas condições da “escravidão capitalista”, aumentando duas ou três vezes a quantidade de trabalho sem redução da jornada nem aumento do salário, na URSS o mesmo sistema seria “devidamente controlado e aplicado de forma inteligente pelos próprios trabalhadores”. Isso permitiria reduzir “em um

espaço de tempo relativamente curto” a jornada de trabalho físico para seis horas, permitindo que os trabalhadores dedicassem quatro horas diárias à administração do Estado (LENIN, 1977a [1918], p. 80).

Essas eram as duas principais condições para tornar o taylorismo aplicável ao socialismo. Uma delas, a da redução da jornada de trabalho, segue a ideia já apresentada em *O Estado e a revolução*: ela permitiria uma maior participação direta dos trabalhadores nas atividades políticas, permitindo a supressão da burocracia. O problema é que, para isso, adotou-se um modelo de gestão que aumenta a burocracia no interior da fábrica³⁶. Tal proposta, entretanto, foi alterada na versão final do texto. A proposta de seis horas de trabalho “físico” e quatro de trabalho político foi substituída, na versão final de *Tarefas imediatas...*, por uma mais realista:

O nosso objetivo é conseguir que *cada* trabalhador, depois de cumprir a “aula” de 8 horas de trabalho produtivo, cumpra *de modo gratuito* os deveres estatais: a passagem para isto é particularmente difícil, mas esta passagem é a única garantia da definitiva consolidação do socialismo. (LENIN, 1988 [1918], p. 584).

A outra condição para que o sistema Taylor perca seu lado capitalista é bem mais complicada: fazer com que ele seja controlado pelo próprios trabalhadores. Como fazer isso se a principal característica do taylorismo é justamente a perda de controle dos trabalhadores? Uma das propostas de Lenin era ensinar os métodos tayloristas para os trabalhadores. Sua esposa, a educadora Nadezhda Krupskaya, propunha levar o ensino de tais métodos às escolas (BRYAN, 1992, p. 482-483). Anos depois, ao comentar um livro sobre a organização científica do trabalho, Lenin sugere que ele seja adotado nas escolas dos sindicatos e nas escolas secundárias (LENIN, 1980b [1922], p. 368). E não só a organização do trabalho, mas todo conhecimento técnico deveria ser passado aos trabalhadores, acabando com o monopólio de tal saber³⁷.

Há um recuo, na versão final, sobre a possibilidade dos trabalhadores controlarem seu trabalho. Em ambas versões de *Tarefas imediatas...*, Lenin fala da direção de um só homem na fábrica, mas se na primeira fala em um cumprimento

³⁶ “Lenin lutou contra a burocratização das ‘superestruturas’ sendo, ao mesmo tempo, levado – pela própria lógica deste combate – a instalar o germe do burocratismo, bem no coração das relações de produção – *no processo de trabalho*” (LINHART, 1983, p. 113).

³⁷ Na introdução de um livro sobre eletrificação, por exemplo, Lenin defende que ele seja distribuído e que sejam “organizadas palestra populares acessíveis a todos, sobre eletricidade, eletrificação da RSFSR e a engenharia em geral” (LENIN, 1980a [1922], p. 246).

voluntário das ordens de um dirigente eleito, na segunda já fala de uma ditadura de indivíduos, com um poder “firme e implacável”:

As massas podem agora, os soviets lhes dão essa garantia, tomar em suas mãos o poder e consolidá-lo. Para atenuar, porém, a multiplicação dos poderes e a irresponsabilidade que sofremos no momento atual, é preciso que nos inteiremos, com precisão, quanto a cada função executiva, quais as pessoas que foram eleitas para postos de direção e quem é responsável pelo funcionamento do organismo econômico, em seu conjunto. Isso requer que, tão frequentemente quanto possível, quando houver a menor oportunidade para isso, pessoas responsáveis devem ser eleitas para a gestão de um homem só em todas as seções do organismo econômico como um todo. Deve haver um cumprimento voluntário das instruções desse líder individual. (LENIN, 1977b [1918], p. 213)

Quanto maior for a decisão com que hoje devemos defender um poder firme e implacável, a ditadura de indivíduos para determinados processos de trabalho, em determinados momentos de funções *puramente executivas*³⁸, tanto mais variadas terão de ser as formas e os métodos de controle a partir de baixo, para paralisar qualquer sombra de possibilidade de deturpação do Poder Soviético, para arrancar repetida e infatigavelmente a erva daninha do burocratismo. (LENIN, 1988 [1918], p. 585-586).

Essa mudança de posição em poucas semanas se explica pela situação em que a Rússia se encontrava naquele momento. *Tarefas imediatas...* começou a ser escrito em março 1918 e foi publicado em 28 de abril do mesmo ano, um período particularmente turbulento. Em 3 de março, a Rússia havia assinado o tratado de paz com a Alemanha, em Brest-Litovski, perdendo cerca de um terço de seu território e, junto com ele, 75% da produção de ferro e aço e uma parte considerável da produção de alimentos. Em abril, começa a Guerra Civil. A situação econômica do país, que já estava ruim por causa da destruição causada pela I Guerra Mundial, ficou calamitosa e o fantasma da fome rondava a Rússia. Outro problema era o isolamento internacional. Esperava-se que, após a Revolução Russa, os comunistas tomassem o poder também em outros países da Europa, principalmente na Alemanha, o que não aconteceu. Com todos esses problemas, Lenin deixa de lado seu sonhado taylorismo libertador e acaba aceitando um taylorismo clássico, baseado na centralização autoritária do processo de trabalho (LINHART, 1983, p. 115).

A adoção desse taylorismo “clássico” gerou vários debates na Rússia, nos anos seguintes e culminou em duas Conferências sobre Organização Científica do Trabalho, ocorridas em 1921 e 1924. As propostas que saíram vitoriosas dessas

³⁸ Ao falar de funções “puramente executivas”, Lenin deixa claro que concepção e execução do trabalho estarão separadas.

duas conferências foram as apresentadas pelo *Instituto Central do Trabalho* (ICT), instituição criada em 1920 pelo *Conselho Central de Sindicatos da Rússia* para estudar o taylorismo e aplicá-lo nas fábricas soviéticas. O ICT era dirigido por Alexei Gastev, um antigo poeta futurista. Como poeta, Gastev tinha uma visão romântica sobre a indústria e escrevia sobre a fusão entre homens e máquinas³⁹. Além de poeta, ele era metalúrgico e, como dirigente do sindicato dos metalúrgicos entre 1917 e 1918, foi responsável por incentivar a criação de salários por peça, substituindo o salário homogêneo para todos os trabalhadores.

Segundo Gastev, um novo modelo de indústria estava surgindo. Depois de classificar os trabalhadores em cinco categorias, de acordo com o grau de habilidade e de criatividade necessário para o trabalho, ele chegou à conclusão que o tipo de trabalhador que cresceria nas fábricas seria aquele padronizado e sem qualquer elemento subjetivo. Isso aconteceria tanto na era do super-imperialismo quanto no socialismo, pois a estrutura industrial de ambos seria essencialmente a mesma (BAILES, 1977, p. 377). A mecanização eliminaria o trabalho físico pesado, mas também a criatividade e a subjetividade dos operários, que se assemelhariam cada vez mais a engrenagens de uma máquina⁴⁰:

os próprios trabalhadores se tornariam cada vez mais mecanizados e padronizados, **como engrenagens de uma grande máquina** [...] "Essa característica", escreveu ele, "dará à psicologia proletária um anonimato impressionante, **permitindo a classificação de um proletário individual como A, B, C, ou 325, 0,075, O, e assim por diante**". Mesmo palavras e ideias viriam a ter significados precisos, técnicos, desprovidos de nuances e conotações emocionais e poderiam ser ligados e desligados conforme necessário. "Diante de nós há a perspectiva não apenas de um trabalhador mecanizado individual, mas de um sistema mecanizado de gestão do trabalho. Não é uma pessoa, não é uma autoridade, mas um 'tipo' - um grupo - irá gerenciar outros 'tipos' ou grupos. **Ou até mesmo uma máquina, no sentido literal da palavra, vai gerir pessoas vivas**. As máquinas, de geridas, vão passar a ser gerentes". O ritmo de produção foi sendo gradualmente normalizado até que o mundo inteiro funcionasse "ao mesmo tempo". **Este processo técnico de crescente uniformidade iria permear todos os aspectos da existência do trabalhador: "até mesmo a sua vida íntima, incluindo seus valores estéticos, intelectuais e sexuais"**⁴¹. (ibid., p. 378).

³⁹ Em um de seus versos, Gastev escreveu: "eu desenvolvo braços e ombros de aço – eu me fundo com a forma do aço" (MORAES NETO, 2009, p. 663)

⁴⁰ "Muitos acham repugnante que nós queiramos tratar o ser humano como um parafuso, uma porca, uma máquina. Mas nós precisamos fazer isso tão tranquilamente como aceitamos o crescimento das árvores ou a expansão da rede ferroviária." (GASTEVA apud MORAES NETO, 2009, p. 663).

⁴¹ Os trechos citados por Bailes foram retirados de A. Gastev, 'O tendentsiyakh proletarskoi kul'tury', *Proletarskaya kul'tura*, 1919, n. 9-10, p. 35-45.

Esse futuro previsto, que parece mais uma cena de *Admirável Mundo Novo* ou de algum outro livro de ficção científica, não era visto por Gastev como algo ruim, mas como algo positivo. Era através dessa nova indústria que seria construído uma espécie de socialismo que ele chamava de “coletivismo mecanizado”. A psicologia do proletariado seria transformada em uma nova psicologia social onde não haveria mais rostos e passos individuais, mas apenas "passos uniformes e rostos desprovidos de expressão, de alma, de lirismo, de emoção, medidos não por um grito ou por um sorriso, mas por um manômetro ou um velocímetro" (GASTEVA apud BAILES, 1977, p. 378).

Em 1921, o ICT se expandiu e, apesar de continuar ligado ao Conselho dos Sindicatos, começou a se relacionar com o governo através do Gosplan e do Conselho de Trabalho e Defesa. O Instituto passou a coordenar pesquisas sobre a racionalização do trabalho em mais de uma dúzia de instituições espalhadas por toda a Rússia. Como os recursos dos fundos dos sindicatos não eram suficientes para manter uma estrutura dessas, Gastev pediu verbas para Lenin. Conta o próprio Gastev que o líder bolchevique pretendia escrever um livro sobre administração científica no final de sua vida e era um grande entusiasta das pesquisas de Gastev, o que parece ser verdade, já que Lenin mandou o Comissário de Finanças liberar cinco milhões de rublos para financiar as pesquisas do ICT. Em 1924, a II Conferência sobre Organização Científica do Trabalho aprovou a resolução apresentada por Gastev, que falava sobre a possibilidade de aumentar a intensidade do trabalho nas indústrias que estavam atrasadas em relação aos países capitalistas. Também foram aprovados incentivos monetários para estimular esse aumento da intensidade do trabalho (BAILES, 1977, p. 392).

2.4 Militarização do trabalho, comando de um homem só e os sindicatos

Como já dito, a crise econômica e a Guerra Civil fazem com que, a partir de 1918, as visões sobre a organização do trabalho se tornem mais autoritárias e talvez o ramo que melhor ilustre isso seja o ferroviário, que depois serviu de modelo para os demais setores. Com a produção agrícola afetada, era necessário que a distribuição dos poucos alimentos disponíveis funcionasse bem para evitar a fome.

Para tanto, a rede ferroviária era essencial, mas ela também havia sido danificada durante a guerra. Além disso, os bolcheviques não tinham muita força política no movimento sindical das ferrovias. O *Vikjel* (Comitê executivo panrusso dos ferroviários) era dirigido pelos mencheviques e estava fazendo pressão sobre o governo soviético. A rede ferroviária estava desorganizada e, segundo um relatório da época, “um operário se apresenta para o seu trabalho, faz o trabalho ou não faz, conforme resolve. Não há ninguém que o possa controlar” (LINHART, 1983, p. 118).

Entre março e abril de 1918, período em que estava escrevendo *Tarefas imediatas...*, Lenin decidiu mudar o funcionamento das ferrovias, preocupado com a possibilidade de desabastecimento de cidades como Petrogrado. Foi instituído o salário proporcional à produção, a disciplina foi aumentada e dirigentes nomeados pelo Estado passaram a ter mais poder sobre a gestão. Foi a primeira experiência do taylorismo soviético, com a análise e o controle sobre as tarefas sendo usados para acabar com aquilo que Taylor chamava de “freio operário”. Dia 26 de março é assinado um decreto que dá ao Comissariado de Comunicações “poderes ditatoriais” sobre as ferrovias. Essa medida é criticada por Bukharin e os “comunistas de esquerda”, ao que Lenin responde que era uma medida necessária, pois as ferrovias eram vitais e, sem elas, “não apenas não haverá socialismo como também todo mundo vai morrer de fome como cães, tendo trigo por perto” (LENIN, 1977c [1918], p. 309). Mas, aos poucos, todos os setores da economia vão sendo considerados vitais, dentro do período que ficou conhecido como *comunismo de guerra*.

Em abril do ano seguinte, foram realizados os primeiros *sábados comunistas* nas ferrovias, que incentivava o trabalho voluntário entre os russos, mas o resultado foi limitado. Finalmente em maio de 1920, Trotsky, que foi encarregado de organizar os transportes, lança a “ordem 1042”, a primeira experiência de planificação em grande escala, que buscava recuperar o sistema rodoviário de todo o país em cinco anos. Não é coincidência que, por três anos seguidos, novas iniciativas para recuperar as ferrovias tenham sido lançadas entre março e maio. É justamente na primavera que se prepara a colheita do trigo.

Quando Trotsky assumiu o Comissariado dos Transportes, linhas ferroviárias e pontes haviam sido dinamitadas por todo o país. A Guerra Civil chegava ao fim e as locomotivas estavam quase totalmente destruídas. A previsão era de que, em

alguns meses, a rede ferroviária pararia. Trotsky decidiu por em prática seu projeto de militarização do trabalho e colocou os ferroviários sob o regime de lei marcial. Quando o sindicato reclamou, seus dirigentes foram afastados. Em setembro de 1920, foi criada a *Tsektran* (Comissão Central de Transporte), resultante da fusão entre o Comissariado dos Transportes, o sindicato dos ferroviários e alguns órgãos do partido. A mudança deu resultados e as estradas de ferro voltaram a funcionar antes do previsto (DEUTSCHER, 2005, p. 598).

A ideia de militarização do trabalho havia surgido no ano anterior. Depois que o comunismo de guerra proibiu o comércio privado e instituiu as requisições de alimentos, a produção agrícola caiu ainda mais. Uma das alternativas era liberar o comércio, mas ela estava descartada. A outra alternativa era aumentar a produção de bens de consumo industriais destinados aos camponeses, incentivando estes a também aumentarem sua produção. O problema é que o número de trabalhadores industriais estava caindo, pois, com a falta de alimentos nas cidades, muitos voltavam para o campo. Trotsky, que era comandante do Exército Vermelho, teve então a ideia de recrutar operários da mesma forma que recrutava soldados. Escreveu então uma proposta de militarização do trabalho e encaminhou para o Comitê Central. Essa proposta, contudo, acabou sendo publicada no *Pravda*, por um erro de Bukharin (ibid., p. 583). Junto com a militarização do trabalho, era sugerida uma transição do exército para o sistema de milícias, com destacamentos organizados por unidade de produção. As funções que até então eram do Comissariado de Trabalho, seriam assumidas pelo Comissariado de Guerra (ibid., p. 587).

Inúmeros foram os protestos contra essa proposta de Trotsky e iniciou-se, então, um grande debate que dividiu os bolcheviques no IX e no X Congressos do Partido Comunista, em 1920 e 1921, respectivamente. A discussão era sobre a militarização do trabalho, o comando de um homem só nas fábricas e a forma de relacionamento entre o partido, os *soviets* e os sindicatos.

Existiam quatro posições de maior destaque sobre esses temas. A primeira era a do próprio Trotsky, para quem o aumento da produção só era possível através do trabalho obrigatório. Os desertores do trabalho deviam ser colocados “em batalhões punitivos ou em campos de concentração” (ibid., p. 595). Era necessária a

militarização do trabalho, “um método inevitável de organização e disciplina na época de transição do capitalismo ao socialismo” (TROTSKY, 1969 [1920], p. 148):

Sem as formas de coerção governamental que constituem o fundamento da militarização do trabalho, a substituição da economia capitalista pela economia socialista só seria uma palavra sem sentido. Por que falamos de militarização? É claro que só por analogia, mas por uma analogia muito significativa. Nenhuma organização social, afora o Exército, se tem julgado com o direito de subordinar tão completamente os cidadãos, dominando-os inteiramente pela sua vontade, como governo na ditadura proletária. Somente o exército (...) adquiriu o direito de **exigir do indivíduo uma submissão completa aos trabalhos**, aos fins, aos mandatos e ao regulamento. (ibid., p. 146)

Essa submissão da trabalhadores seria a única forma de aumentar a produção. Já sobre os sindicatos, ele achava que deveriam ter seus dirigentes nomeados pelo partido e teriam como função educar e disciplinar os trabalhadores na organização da produção:

Sem trabalho obrigatório, sem direito a dar ordens e a exigir seu cumprimento, os sindicatos perdem a sua razão de ser, pois **o Estado socialista em formação necessita deles, não para lutar pelo melhoramento das condições de trabalho** – que é uma obra conjunta da organização social governamental –, mas para organizar a classe operária para a produção, para educá-la, discipliná-la, agrupá-la, estabelecer certas categorias e fixar certos operários em seus postos por um tempo determinado; numa palavra, **para colocar autoritariamente os trabalhadores, de pleno acordo com o poder**, no plano econômico único. (ibid., p. 147-148).

Trotsky defendia ainda a direção unipessoal nas fábricas, acusando os defensores da direção coletiva de mencheviques⁴². Disse também que, sendo a Rússia um “Estado socialista”, não era papel dos sindicatos defender os trabalhadores contra o Estado.

Lenin critica essa visão, dizendo que ainda não se havia chegado a “um Estado completamente operário” e, portanto, era incumbência dos sindicatos “a defesa dos interesses materiais e espirituais da classe operária” (LENIN, 1979a [1921], p. 292-293). Além disso, a atuação dos sindicatos deveria ser mais educativa do que coercitiva: o sindicato “não é uma organização estatal, não é uma organização coercitiva, é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui, é uma escola, escola de governo, escola de administração, escola de comunismo” (ibid., p. 289).

⁴² Aqueles que “afirmam que a entrega das fábricas a um dirigente único, em vez de ser a um comitê, é um crime contra a classe operária e a revolução socialista” seriam os mesmos “que, há pouco tempo ainda, pensavam que falar em revolução social era zombar da história e cometer um crime contra a classe operária” (TROTSKY, 1969 [1920], p. 166).

O papel de direção da ditadura do proletariado, entretanto, não podia ser dos sindicatos, pois esses englobam a totalidade dos proletários e “o proletariado ainda está tão dividido, tão rebaixado, tão corrompido em alguns lugares (...) que a organização integral do proletariado não pode exercer diretamente a ditadura deste”. Esse papel caberia apenas à vanguarda do proletariado⁴³, reunida no partido, e os sindicatos seriam uma “correia de transmissão” entre a vanguarda e as massas trabalhadoras (ibid., p. 290).

Se não cabia à totalidade do proletariado a direção da ditadura do proletariado, muito menos lhe cabia a direção das fábricas, que deveria ser unipessoal. E isso não se dava por uma questão política, mas por uma “necessidade técnica” da grande indústria⁴⁴:

[Quanto ao] significado precisamente do poder ditatorial unipessoal do ponto de vista das tarefas específicas do momento presente, devemos dizer que toda a grande indústria mecanizada – isto é, precisamente a fonte e a base material, produtiva, do socialismo – exige uma unidade de vontade absoluta e rigorosíssima que dirija o trabalho comum de centenas, milhares e dezenas de milhares de pessoas. Tanto tecnicamente como economicamente e historicamente esta necessidade é evidente e quantos pensaram no socialismo sempre a reconheceram como sua condição. Mas como pode ser assegurada a mais rigorosa unidade de vontade? Por meio da **subordinação da vontade de milhares à vontade de um só**. (...) A subordinação sem reservas a uma única vontade é absolutamente necessária para o êxito dos processos de trabalho, organizado segundo o tipo da grande indústria mecanizada.⁴⁵ (LENIN, 1988 [1918], p. 581).

⁴³ “A ditadura só pode ser exercida pela vanguarda, que concentra em suas fileiras a energia revolucionária da classe.” (LENIN, 1979a [1921], p. 290)

⁴⁴ Em 1917, embora já dissesse que a gestão das fábricas fosse feita pelos técnicos, Lenin defendia que eles fossem controlados pelos operários: “Só é possível salvar-se da catástrofe implantando um controle verdadeiramente operário da produção e da distribuição dos produtos. Para este controle é necessário, em primeiro lugar, que em todas as instituições fundamentais se garanta aos operários uma maioria não menor do que as três quartas partes de todos os votos, atraindo obrigatoriamente tanto os sócios que não tenham abandonado a direção de seus assuntos, quanto o pessoal técnico e científico; em segundo lugar, que os comitês de fábricas, os sovietes centrais e locais de deputados operários, soldados e camponeses bem como os sindicatos obtenham o direito de participar no controle, sendo postos à disposição deles todos os livros comerciais e bancários e estabelecendo-se a obrigação de fornecer-lhes todos os dados que interessem; em terceiro lugar, que obtenham esse mesmo direito os representantes de todos os grandes partidos democráticos e socialistas.” (LENIN, 1979b [1917], p. 257-258).

⁴⁵ Essa defesa da direção unipessoal foi escrita no início de 1918, mas a posição se manteve. Em resolução aprovada pelo Comitê Central em 1922, sobre o papel dos sindicatos durante a NEP, Lenin disse que “o êxito mais rápido e sólido possível na restauração da grande indústria é uma condição sem a qual é inconcebível o êxito de toda a causa da emancipação do trabalho do jugo do capital, sem a qual é inconcebível o triunfo do socialismo; mas, por sua vez, semelhante êxito requer, inegavelmente, dentro da situação atual da Rússia, a **concentração de todo o poder nas mãos das administrações das fábricas**. Estas administrações, estabelecidas em geral de acordo com o **princípio da direção unipessoal**, devem determinar, independentemente, tanto a quantia dos salários, como a distribuição dos fundos, das rações, da roupa de trabalho e de qualquer outra espécie de provisionamento, à base e dentro dos limites dos contratos coletivos assinados com os sindicatos, e tendo o máximo de liberdade para manobrar, comprovando do modo mais rigoroso os

Assim como Trotsky, Lenin também achava que a inspiração nesse tema deveria vir do exército. Na guerra, depois de se experimentar diversas formas de organização, “chegou-se ao princípio da responsabilidade de um homem como o único método correto de trabalho” (LENIN, 1977 [1920], p. 309-310). Já a direção coletiva, “na melhor das hipóteses, [...] envolve uma tremenda perda de forças e não é adequada ao trabalho rápido e preciso exigido pelas condições da indústria centralizada em grande escala” (ibid., p. 310).

Bukharin tinha uma posição intermediária entre Lenin e Trotsky e acabou se aliando com o segundo no X Congresso, mas defendia que os dirigentes sindicais fossem eleitos pelos trabalhadores⁴⁶. Embora possuíssem divergências, os três defendiam o princípio da “direção de um homem só”, feita por gestores profissionais, e acreditavam que os sindicatos deviam servir mais para educar os trabalhadores de acordo com os princípios do que para defender seus direitos ou participar da gestão das fábricas.

De outro lado, estava a Oposição Operária, que tinha como principais nomes Schiliapnikov e Alexandra Kollontai. Criada em 1920, a oposição defendia que a direção de um homem só na fábrica era “um produto da concepção individualista da classe burguesa” (KOLLONTAI, 1980 [1921], p. 8). A gestão das fábricas devia ser coletiva, não ficando apenas nas mãos dos antigos especialistas burgueses. Os trabalhadores participariam da gestão através dos sindicatos, que precisavam ter autonomia em relação ao partido.

Os especialistas fazem um trabalho importante no desenvolvimento da indústria e podem facilitar o trabalho manual; são indispensáveis, como a ciência é indispensável a qualquer classe ascendente e em desenvolvimento. Mas os especialistas burgueses, ainda que com a etiqueta de comunistas, são fisicamente incapazes e mentalmente fracos para desenvolver as forças produtivas num estado não capitalista, para encontrar novos métodos de organização do trabalho e para criar novos incentivos que intensifiquem o trabalho. Nisto, a última palavra pertence à classe operária – aos sindicatos da indústria. (ibid., p. 40).

êxitos reais obtidos no aumento da produção sem perdas e com lucros, selecionando com o maior escrúpulo os mais destacados e inteligentes administradores, etc. **Toda intervenção direta dos sindicatos na administração das empresas, nestas condições, deve-se, sem dúvida, considerar nociva e inadmissível**” (LENIN, 1979 [1922], p. 318).

⁴⁶ Kollontai (1980 [1921], p. 36) ironiza essa posição de Bukharin: “Quanta democracia! (...) Por que haveria Bukharin de perder tempo com o princípio eletivo que, como toda gente sabe, não afeta em nada a gestão industrial? Portanto, o controle da indústria continua, de fato, fora dos sindicatos, para além da sua ação, nas mãos das instituições soviéticas.”

Negar o controle dos trabalhadores sobre as fábricas seria negar o próprio comunismo:

A organização da produção constitui a essência do comunismo. Excluir os trabalhadores desta organização, privá-los (a eles ou a suas organizações) da possibilidade de criar novas formas de produção na indústria através dos seus sindicatos, recusar estas expressões de classe do proletariado, ao mesmo tempo que se deposita toda a confiança na aptidão de especialistas formados para gerir a produção sob um sistema diferente, é desviar-se do pensamento do marxismo científico. (ibid., p. 16).

Para Lenin, essa oposição aos especialistas era um erro. Eram eles que detinham o conhecimento técnico e, sem eles, a produção pararia. Ao invés de lutar contra os especialistas, os bolcheviques deveriam reeducá-los:

As considerações sobre a colegialidade estão com muita frequência impregnadas do espírito mais ignorante, da oposição aos especialistas. (...) para construir o comunismo é necessário tomar a técnica e a ciência e pô-las a serviço de círculos mais largos, mas elas só devem ser tomadas à burguesia. (...) Nós devemos administrar com ajuda dos homens saídos da classe que derrubamos, de homens impregnados dos preconceitos de sua classe e que devemos reeducar. (LENIN, 2004b [1920], p. 268-269)

Kollontai, entretanto, não era contra que os antigos especialistas burgueses continuassem nas fábricas. Eles deveriam permanecer, mas a responsabilidade pela organização da produção não podia ficar nas mãos deles. Todos os trabalhadores deveriam participar da gestão, através dos sindicatos. Além disso, os especialistas burgueses não deveriam ser aceitos no partido. Segundo Lenin, não era um problema que os gestores burgueses controlassem as fábricas, pois eles estavam submetidos ao planejamento do Estado e do partido. Assim, quem daria a direção da economia era o proletariado. O problema é que esses especialistas tinham uma participação cada vez maior no partido e estariam tendo poder não só internamente nas fábricas mas em todo Estado. Era preciso que o partido voltasse a ser um órgão dos trabalhadores.

Deutscher (2005, p. 604) diz que a Oposição Operária tinha um “espírito quixotesco”, querendo ver realizado imediatamente o programa do comunismo total, com reivindicações relativas a salário, educação, saúde, transporte, alimentação e moradia, mas sem mostrar como o governo poderia atender a tais exigências. A crítica pode até estar correta, mas a Oposição cumpria um papel importante ao lembrar os bolcheviques de suas antigas promessas de entregar todo poder ao proletariado. Em um momento em que a URSS já estava mostrando seu caminho de

burocratização, eram poucos os dirigentes do partido que apontavam os problemas, mesmo que as soluções apresentadas tivessem problemas.

Na abertura do X Congresso, a Oposição Operária foi denunciada por Lenin como uma ameaça para a revolução⁴⁷. Não só suas propostas foram derrotadas, como foi aprovada uma resolução que proibia a existência de frações dentro do partido. O foco dessa resolução era a Oposição Operária, mas mais tarde ela foi usada contra outros grupos, como a Oposição de Esquerda, de Trotsky. Embora tenha apoiado a resolução no congresso, anos mais tarde Trotsky reconheceu que “a proibição das frações significou o fim do período heroico da história bolchevique e abriu caminho para sua degeneração burocrática” (TROTSKY, 1935).

Ao mesmo tempo que ocorria o X Congresso do partido, marinheiros tomaram a base naval do Kronstadt. A revolta era liderada por anarquistas e criticava os rumos que a URSS estava tomando. Falava-se em uma terceira revolução russa, que derrubaria os bolcheviques e estabeleceria uma democracia soviética. Eles foram acusados de serem contrarrevolucionários chefiados por um general do Exército Branco e acabaram sendo reprimidos violentamente pelos bolcheviques. Se a resolução contra as frações já havia mostrado que o espaço para discordância estava ficando pequeno dentro do partido, Kronstadt deixou claro que críticas externas seriam ainda menos aceitas. O autoritarismo, que seria uma das marcas registradas do período stalinista, já mostrava força no início dos anos 1920, tanto dentro das fábricas quanto na condução do Estado.

No mesmo congresso foi aprovada, quase sem debates, a Nova Política Econômica (NEP) que, substituindo o comunismo de guerra, incentivou o mercado e a propriedade privada.

⁴⁷ Uma proposta de resolução apresentada por Lenin ao X Congresso dizia: “as concepções da ‘Oposição Operária’ e dos elementos análogos não são apenas teoricamente falsas, como constituem praticamente a expressão das vacilações pequeno-burguesas e anarquistas, debilitam na prática a linha de firme direção do Partido Comunista e, de fato, ajudam aos inimigos de classe da revolução proletária. Baseando-se em tudo isto, o Congresso do PC da Rússia rejeita decididamente as referidas ideias, que refletem um desvio sindicalista e anarquista e considera necessário: 1) desencadear uma luta ideológica firme e sistemática contra estas ideias; 2) reconhecer que a propaganda destas ideias é incompatível com a condição de membro do Partido Comunista da Rússia” (LENIN, 1979b [1921], p. 312-313).

2.5 O stakhanovismo

Nos anos seguintes, durante o início do governo de Stalin, a URSS viveu um período de centralização política e forte industrialização. Com uma organização do processo de trabalho próxima às dos países capitalistas, a produção soviética crescia, principalmente na indústria pesada. Com os críticos do governo presos ou exilados, a organização do trabalho deixou de sofrer os constantes questionamentos dos primeiros anos após a revolução, mas o tema voltou ao centro do debate soviético com o surgimento do movimento stakhanovista.

Em 31 de agosto de 1935, o mineiro Alexei Stakhanov extraiu 102 toneladas de carvão em um turno, catorze vezes sua cota. Em pouco tempo, outros recordes foram quebrados em diversos ramos da indústria e estes trabalhadores passaram a ser vistos como heróis nacionais. Logo eles estavam se reunindo com os líderes soviéticos e, em 14 de novembro do mesmo ano, teve início a primeira Conferência dos Trabalhadores Stakhanovistas. No discurso de encerramento da conferência⁴⁸, Stalin disse que aquele era um movimento de base, surgido de forma espontânea e sem pressões dos administradores⁴⁹. Ele era formado por operários dispostos a superar a técnica então existente e estaria preparando “as condições de transição do socialismo ao comunismo”.

Este movimento enterra as velhas concepções da técnica, rompe com as velhas normas técnicas, com as velhas capacidades de rendimento projetadas, enterra os velhos planos de produção, e exige normas técnicas, capacidades de rendimento e planos de produção novos, mais elevados. Chama a realizar uma revolução em nossa indústria. Justamente por isso, o movimento stakhanovista é, em sua essência, profundamente revolucionário. (STALIN, 1953 [1935], p. 10).

Mas como Stakhanov conseguiu extrair tanto carvão? Esse resultado se deve, principalmente, à divisão do trabalho. Antes, essa divisão quase não existia⁵⁰ e cada trabalhador da mina executava todas as tarefas necessárias para extrair o

⁴⁸ Esse discurso foi usado diversas vezes como peça de propaganda do stakhanovismo. Uma das frases ditas por Stalin – “Agora se vive melhor, camaradas. Se vive com mais alegria.” – virou título de uma música cuja melodia inspirou, anos mais tarde, o hino do PCUS. Este hino, por sua vez, em 1944 substituiu *A Internacional* como hino da URSS. Um vídeo da primeira música, com imagens que mostram bem a propaganda do período, está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=9RUPYrhRRGM>

⁴⁹ Difícil acreditar que, na URSS stalinista, um movimento realmente espontâneo tenha ganhado repercussão nacional em poucas semanas.

⁵⁰ Segundo Marglin (1980, p. 52-53), divisão do trabalho nunca havia se imposto completamente nas minas de carvão, nem em países como a Inglaterra.

carvão. A grande sacada de Stakhanov foi dividir o trabalho com os demais membros de sua equipe:

Ele fez isso organizando sua equipe de trabalho de forma que ele usasse sozinho a broca automática, enquanto os outros membros da equipe faziam a sustentação e outras tarefas subsidiárias. O trabalho era, portanto, baseado na divisão especializada do trabalho. Nesse aspecto, era similar à ideia de Taylor de que o trabalho deve ser limitado a uma única função. (BEDEIAN; PHILLIPS, 1990, p. 32).

Estes autores não são os únicos que apresentam semelhanças entre o stakhanovismo e o taylorismo. Segundo Josephson (1995, p. 527), muitas características fazem com que o movimento pudesse ser chamado de “taylorismo vermelho”, embora também tivesse diferenças em relação ao taylorismo: ele foi usado para minar a autoridade dos gerentes, o que talvez o deixasse mais parecido com os guardas vermelhos da Revolução Cultural chinesa do que com a racionalização taylorista (ibid., p. 528). É verdade que a autoridade dos antigos gerentes diminuiu, mas isso não diminuiu o controle sobre o trabalho. A diferença é que agora o controle era exercido pelos stakhanovistas, que, segundo o próprio Stalin, tinham aprendido a “medir o tempo não só em minutos, mas até por segundos” (STALIN, 1953 [1935], p. 11). Muitos deles tornaram-se inspetores de fábrica, diretores de minas, auditores e dirigentes do partido (NADWORNÝ, 1964, p. 73). Portanto, não havia um intenção de acabar com a separação entre a concepção e a execução do trabalho pois isso, no socialismo, não seria um problema:

A base econômica da contradição entre o trabalho intelectual e o físico é a exploração dos homens que realizam o trabalho físico, por parte dos representantes do trabalho intelectual. Todo mundo conhece a separação existente no capitalismo entre as pessoas que realizam o trabalho físico nas empresas e o pessoal da direção. É sabido que esta separação fez surgir uma atitude hostil dos operários para com os diretores, contramestres, engenheiros e outros representantes do pessoal técnico, considerados pelos operários como inimigos. Compreende-se que, com a destruição do capitalismo e do sistema de exploração, devia também desaparecer a contradição de interesses entre o trabalho físico e o intelectual. E realmente desapareceu no nosso atual regime socialista. Hoje, os homens que realizam o trabalho físico e o pessoal dirigente não são inimigos, mas camaradas e amigos, membros de um único coletivo de produção, interessados vitalmente no progresso e no melhoramento da produção. Da antiga inimizade não restou vestígio. (STALIN, 1976 [1952], p. 154).

Krupskaya (1986 [936], p. 180) dizia que, com o movimento stakhanovista, era importante voltar a ensinar o taylorismo nas escolas e não foi coincidência que Gastev, aquele mesmo que defendia que os trabalhadores se transformassem em “engrenagens de uma máquina”, foi escolhido pelo Comissário da Indústria Pesada para treinar os quadros do movimento stakhanovista (BAILES, 1977, p. 393). O

homem que tinha levado as ideias tayloristas à sua forma mais extrema treinou cerca de um milhão de trabalhadores para atuar nesse “novo” modelo de organização do trabalho.

Outra característica nada nova foi o uso do salário por peça, que já havia sido usado nos anos imediatamente posteriores à Revolução e nunca tinham sido abolidos, embora seu uso não estivesse funcionando muito bem. Devido à alta inflação, o dinheiro estava sendo pouco usado e o salário monetário tinha um peso pequeno na renda total dos trabalhadores, que recebiam a maior parte da sua renda em produtos distribuídos pelas fábricas. Com a estabilização do rublo, o normalização do sistema de abastecimento e o fim dos cartões de racionamento de alimentos, a moeda tinha se tornado novamente o equivalente geral e os incentivos monetários passaram a funcionar melhor (MARKIN, 1936, p. 10).

Marx (2013 [1867], p. 627) já havia dito que esse tipo de remuneração “é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista”. Quando ele é adotado, “é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar a sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade” (ibid., p. 624). O autor cita ainda um sindicalista inglês que diz que quando se usa o salário por peça, é um “truque” tradicional

“que o capitalista escolha um homem de força física e habilidade superiores para a posição de chefe de um grupo de trabalhadores. Trimestralmente, ou em outro prazo, paga-lhes um salário adicional sobre a condição que faça o possível para estimular seus colaboradores, que recebem apenas o salário ordinário, a trabalhar com a máxima dedicação” (ibid., p. 624-625)

Não seria justamente esse o espírito do stakhanovismo, escolher alguns “heróis do trabalho” para servir de modelo a todos os trabalhadores e convencê-los a intensificar o ritmo de trabalho? O pior é que a propaganda ainda era enganosa. Voltemos ao recorde do dia 31 de agosto de 1935: Stakhanov teria extraído catorze vezes mais carvão do que a média dos mineiros. O problema é que essa comparação é feita com mineiros que faziam todas as tarefas e Stakhanov as dividiu entre uma equipe. Apesar de ser o único a operar a broca, havia outros trabalhadores fazendo as tarefas auxiliares e eles não foram considerados no cálculo da produtividade do trabalho. Embora a divisão do trabalho realmente tenha dado resultado, o aumento da produtividade não foi de catorze vezes, mas de duas

vezes e meia⁵¹ (MARKIN, 1936, p. 9). Além disso, esses “recordes de produtividade” dos trabalhadores stakhanovistas geralmente aconteciam uma única vez e não eram mais alcançados nem por eles mesmos, mas eram usados de argumento para aumentar a cota de produção de todos os operários (NADWORNY, 1964, p. 73), o que causou um forte aumento da intensidade do trabalho.

Um dos objetivos principais desse movimento foi criar uma ideologia do trabalho, convencendo os trabalhadores que deviam se esforçar o máximo possível. Assim, talvez chegassem a ser um dia um stakhanovista. E para esse objetivo ser atingido, o ideal é que não se mudasse apenas a organização do trabalho, mas todo o modo de vida. Gramsci, ao analisar os métodos de trabalho, disse que eles eram “indissolúveis de um determinado modo de viver” (GRAMSCI, 2011, p. 66). O proibicionismo dos EUA nos anos 1920 e a tentativa das empresas de controlar a vida pessoal de seus funcionários não deviam ser vistos como mero puritanismo, mas como necessidades dos novos métodos de trabalho:

Desse ponto de vista, é o caso de estudar as iniciativas *puritanas* dos industriais americanos como as de Ford. Está claro que estes não se preocupam com a *humanidade*, com a *espiritualidade* do trabalhador, que imediatamente é aniquilada. Esta *humanidade e espiritualidade* não pode realizar-se senão no mundo da produção e do trabalho. (ibid., p. 67).

A Lei Seca estadunidense surge justamente no período de expansão do fordismo. O aumento dos salários deve ser usado para aumentar a eficiência física dos trabalhadores e não para destruí-la. “E eis que a luta contra o álcool, o agente mais perigoso de destruição das forças de trabalho, se torna função do Estado” (ibid., p. 68). O mesmo ocorre com as questões sexuais. É do interesse dos capitalistas incentivar o discurso moralista a favor da monogamia:

Parece claro que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional. O operário que vai ao trabalho depois de uma noite de *extravagância* não é um bom trabalhador. (ibid., p. 70)

Esse mesmo processo que aconteceu nos EUA no início dos anos 1920, do Estado e dos industriais tentando mudar o modo de vida dos trabalhadores para adaptá-lo melhor ao fordismo, aconteceu na Rússia stalinista na época do stakhanovismo. Embora não tenha sido criada uma lei seca, houve campanhas

⁵¹ Davies e Khlevnyuk (2002, p. 879) dizem que eram apenas dois trabalhadores ajudando Stakhanov e, portanto, o aumento real na produtividade seria de pouco mais de cinco vezes. Independente de qual das duas fontes está correta, fica claro que a propaganda stalinista superestimou os números para criar o mito do trabalhador perfeito.

contra o álcool, que eram feitas junto com campanhas de exaltação do trabalho e da indústria, como é possível perceber nesse e em outros cartazes da época, que exalta a indústria e mostra um operário destruindo uma garrafa de vodka:



Da mesma forma que nos EUA, a ofensiva moralista não atacou apenas o álcool. Nos primeiros anos da Revolução, houve um esforço para acabar com a opressão de gênero e as mulheres passaram a ter o direito de votar e concorrer a cargos públicos. O aborto foi legalizado e oferecido gratuitamente nos hospitais e o divórcio passou a ser permitido (TOLEDO, 2006). Além disso, foram anuladas as leis que criminalizavam a homossexualidade. Muitas dessas conquistas se deram graças à atuação do *Zhenotdel*, o departamento feminino do Partido Bolchevique, que tinha Alexandra Kollontai como uma de suas principais dirigentes.

Kollontai, da mesma forma que Engels (2012 [1884]), combatia a ideologia burguesa de que o “amor deve estar fundamentado num princípio de propriedade” (KOLLONTAI, 2000 [1921], p. 150). Enquanto a burguesia determinava a monogamia como a única forma possível de família, “a classe operária não pode fixar limites formais ao amor” (ibid., p. 152). É por isso que, no socialismo, o ideal a ser buscado era o do “amor-camaradagem”:

O ideal de amor-camaradagem, forjado pela ideologia proletária para substituir o absorvente e exclusivo amor conjugal da moral burguesa, está fundado no reconhecimento dos direitos recíprocos na arte de saber

respeitar, inclusive no amor, a personalidade do outro, num firme apoio mútuo e na comunidade de aspirações coletivas. O amor-camaradagem é o ideal necessário ao proletariado nos períodos difíceis de grandes responsabilidades, nas quais luta para o estabelecimento de sua ditadura ou para fortalecer sua continuidade. Entretanto, quando o proletariado triunfar totalmente e for de fato uma sociedade constituída, o amor apresentar-se-á de forma completamente distinta, adquirirá um aspecto totalmente desconhecido até agora pelos homens. Os laços de simpatia entre os membros da nova sociedade se desenvolverão e se fortalecerão, a capacidade para amar será muito maior e o amor-camaradagem se converterá no estimulante papel que na sociedade burguesa estava reservado ao princípio de concorrência e ao egoísmo. (ibid., p. 153-154).

Na década de 1930 foi abandonada completamente essa ideia e a família monogâmica heterossexual voltou a ser o padrão a ser seguido. Stalin acabou com o *Zhenotdel*, o aborto e a homossexualidade voltaram a ser crime e o divórcio ficou cada vez mais difícil, nada muito diferente do puritanismo de que Gramsci falara ao analisar os EUA durante a expansão do fordismo. Uma revolução que tinha como finalidade a emancipação dos trabalhadores acabou reproduzindo os mesmos valores da burguesia, com uma ideologia de exaltação do trabalho. Assim como não tinham controle sobre o processo produtivo, os trabalhadores também deixaram de ter controle sobre suas vidas pessoais. O objetivo da sociedade, ao invés de ser a libertação dos homens e mulheres, continuou sendo o crescimento e a acumulação, através da intensificação do trabalho.

3. A CRÍTICA MAOÍSTA E SEUS LIMITES

3.1 Os antecedentes da Revolução Chinesa

Se na URSS as formas de organização do trabalho foram muito próximas às aquelas existentes nos países capitalistas, na China a situação foi diferente. Houve uma preocupação no Partido Comunista Chinês (PCC), principalmente na ala maoísta, de criar novas técnicas de produção, sem as quais o socialismo não seria possível. Essa preocupação, existente desde o início do processo revolucionário, atingiu seu auge durante a Revolução Cultural.

O Partido Comunista Chinês surge em julho de 1921, com 57 membros, mas em pouco tempo torna-se a força hegemônica da classe operária chinesa, que naquela época ainda era pequena⁵² e estava concentrada em algumas grandes cidades. Em janeiro de 1925, o PCC contava com 995 membros. No outono do mesmo ano já são 10.000 e na primavera de 1927 chega a 60.000 membros, dos quais 60% são operários (LEW, 1977, p. 130). Assim como os demais partidos comunistas da época, o chinês seguia as orientações da Terceira Internacional, o que fez com que se aliasse a partir de 1924 com a burguesia nacional representada pelo *Kuomintang*, apesar das reticências de importantes militantes. No período revolucionário de 1925 a 1927, entretanto, o Kuomintang transforma-se em uma força repressiva e se alia com os setores mais reacionários da China, como os grandes proprietários de terra. Mesmo assim, seguindo a direção da Internacional, o PCC não rompe com o Kuomintang, o que faz com que perca a influência que tinha sobre a classe operária e prejudique o início da sua penetração entre os camponeses.

É nesse período que surge o *maoísmo*, com Mao Tsé-Tung propondo que o partido saia das cidades e vá para o campo, se aproximando dos camponeses

⁵² Eram cerca de dois ou três milhões de operários, em uma população de 400 milhões de pessoas, a maioria das quais camponeses.

pobres. Embora alguns dirigentes do partido tenham considerado que isso era uma ideia pequeno-burguesa e provinciana, acabaram por aceitá-la depois do massacre de milhares de comunistas feito por Chiang Kai-chek (POMAR, 2003, p. 48). Mao, que era um quadro médio do partido, acaba reforçando sua autoridade e os comunistas passam a trabalhar quase que exclusivamente com os camponeses. Sua presença nas cidades ficou reduzida e passou a se dar mais com a pequena burguesia urbana do que com o proletariado. Além disso, o número de quadros comunistas era reduzido e sua formação teórica era limitada. Mesmo assim, o PCC continuava se reivindicando um partido operário. Lew (1977, p. 136) diz que o que ocorreu foi um fenômeno de substituição: “um partido substituiu uma classe ausente, o proletariado, e fez com que uma fração de classe – apoiando-se numa dinâmica revolucionária real – o campesinato pobre, ‘represente’ o papel revolucionário essencial”. Além disso, haveria uma segunda substituição: a de todo partido – que era formado majoritariamente por camponeses – por alguns quadros comunistas que buscavam dar uma direção proletária ao partido. Dentro dessa cúpula, estava Mao, com um papel carismático.

A direção ficava na mão de poucas pessoas e o PCC nunca permitiu uma atuação autônoma dos trabalhadores. Mesmo assim, Mao defendia que se seguisse uma “linha de massas”, na qual o partido (ou melhor, a direção do partido) dirige, mas mantém raízes profundas nas massas. A relação entre o partido e as massas, aliás, vai ser um dos principais debates durante toda a revolução chinesa e é um debate que já começa mal pelo próprio termo usado. Ao falar em massas, não se diz quais classes sociais estão presentes nessa “massa”, o que não é um problema meramente conceitual. A confusão conceitual se dá, também, por causa das confusões políticas de um grupo dirigente que pretende fazer uma revolução proletária em um país onde não só o proletariado é muito pequeno, como está afastado do partido. Sendo formado principalmente pelo campesinato e com uma certa influência sobre a pequena burguesia urbana, o caráter proletário do partido era mantido através dos “movimentos de retificações”, que lutavam contra

os “desvios” nacionalistas, as influências burguesas, ou pior, “feudais”, até mesmo contra o regionalismo [...]: tudo desvios ligados à base social “deformada” (provavelmente composta por mais proprietários do que operários) [...] Fizeram essas retificações em prol de uma forte centralização do partido, considerado o garante da ortodoxia marxista, no sentido maoísta. Isso acentuou o caráter autoritário do partido, limitou o controle das massas sobre a direção do processo revolucionário. Na medida que

estas eram formadas por pequeno-burgueses a pressão que exerciam só podia coincidir parcialmente com o projeto proletário-marxista do PCC. (ibid., p. 139).

As principais reivindicações dos camponeses estavam ligadas à posse da terra. Eles almejavam tornar-se pequenos proprietários ou, ao menos, pagar rendas menores. Já a posição do PCC sobre a questão agrária variava de acordo com o momento e a região, e tinha como objetivo manter o apoio dos camponeses. Se no norte do país a redistribuição de terras foi mais radical, no sul a política era mais moderada, já que lá os comunistas possuíam o apoio de camponeses ricos.

Nas regiões que estavam sob domínio comunista e que a reforma agrária foi feita, foi dada certa autonomia aos camponeses a nível local, embora a direção nacional continuasse centralizada em alguns membros do partido. Houve uma grande transformação da vida social, principalmente a partir de 1945, e, mesmo que a terra que foi dividida permanecesse como propriedade individual, os camponeses passaram a montar equipes de ajuda e a dividir instrumentos de trabalho, formando os embriões das cooperativas agrícolas, que surgiram a partir de 1953 (D'MELLO, 2009, p. 45). No imediato pós-guerra, os comunistas, na visão da maior parte da população, pareciam capazes de resolver os problemas da sociedade chinesa.

3.2 Os anos pós-1949 e o Grande Salto Adiante

Em 1949, o Partido Comunista toma o poder e implementa um programa chamado por eles mesmos de “nova democracia”. É só a partir do VII Congresso do PCC, em 1956, que se fala em revolução socialista... em 1949 (LEW, 1977, p. 145). Nesse primeiro período, ainda se defendia a manutenção da propriedade privada e o exército chegou a reprimir trabalhadores que, por conta própria, tentavam colocar em prática a “grande subversão” anunciada pelo partido (MANDEL, 1977, p. 65-66). A reforma agrária foi generalizada e muitas empresas foram nacionalizadas, mas seus antigos proprietários receberam indenizações.

O modelo de desenvolvimento adotado foi próximo ao da URSS e vários especialistas soviéticos foram à China para auxiliar o novo governo comunista. A prioridade era a indústria pesada, os investimentos na agricultura eram limitados e, assim como na URSS, viu-se um crescimento da burocracia. Ela era formada por

elementos da antiga burocracia do Kuomintang e por burocratas “comunistas”, muitos dos quais só entraram no partido após a vitória da revolução. O PCC que, em 1945, tinha um milhão de membros, chegou a 3 milhões em 1949, a 10 milhões em 1960 e a 28 milhões de membros em 1973.

Entre 1950 e 1952 houve uma campanha para reformar os contrarrevolucionários “pelo trabalho”, em “campos de reeducação”. Na mesma época, surgiu a campanha dos “três anti”, cujo alvo eram os próprios membros do partido e administradores de empresas. O objetivo era eliminar a corrupção, o desperdício e o burocratismo. Logo veio uma segunda campanha, a dos “cinco anti”, contra a burguesia nacional. Contando com uma forte participação dos trabalhadores e examinando a contabilidade das empresas, essa campanha combatia o suborno, a fraude, a evasão fiscal, a prevaricação e a divulgação de segredos econômicos de Estado. Depois disso, os operários passaram a ter um certo controle sobre os capitalistas e as reuniões no interior das empresas passou a ser algo comum, ao contrário do que acontecia na URSS.

No campo, a socialização da produção crescia e, em 1956, 97% das famílias camponesas já haviam ingressado nas cooperativas de nível superior, onde a propriedade dos meios de produção e da terra era coletivos (POMAR, 2003, p. 91). Nesse período, o maoísmo já mostrava suas diferenças em relação ao modelo soviético, não só em relação à tática revolucionária (como já estava claro desde os anos 1920), mas também em relação à construção do socialismo. Em *Sobre dez grandes relações*, Mao defendia, entre outros pontos, que a URSS tinha priorizado apenas a indústria pesada, o que era um erro. Na China, deveria haver um equilíbrio entre esta, a indústria leve e a agricultura. Outra crítica era em relação ao sistema soviético de entrega obrigatória, que tirava uma parcela muito grande da produção camponesa e a preços muito baixos. Defendia ainda que se diminuíssem as diferenças salariais e que as autoridades locais tivessem mais independência. Em um trecho que lembra alguns textos de Lenin sobre o Taylorismo, Mao diz que deve-se boicotar e sabotar o sistema corrupto da burguesia estrangeira, mas isso não impede que se aprenda com “a avançada ciência e tecnologia dos países capitalistas e o que há de científico em seus métodos para a administração de empresas” (MAO, 1977 [1956], p. 331).

O que devia comandar a construção do socialismo, entretanto, não era a economia e a tecnologia, mas a política. Esse era um dos pontos da crítica que escreveu a um livro de Stalin: “eles [os comunistas russos] acreditam que a tecnologia tudo decide, que os quadros tudo decidem, falando a respeito de ‘especialistas’, nunca de ‘vermelhos’, sempre de quadros, nunca das massas” (TSÉ-TUNG, 2008 [1958], p. 147). A organização das fábricas não podia ser considerado algo técnico e neutro e, deste modo, não se devia copiar a forma de organização das empresas capitalistas. Devia-se questionar a hierarquia e a autoridade não só dos gestores das fábricas, mas também dos quadros do partido. Na *Carta de Anshan*, escrita em 1960 sobre a experiência de uma siderúrgica durante o *Grande Salto Adiante*, Mao cita quais seriam os princípios básicos para a orientação das empresas socialistas:

apegar-se firmemente ao princípio da "política no posto de comando", fortalecer a direção do partido, promover em grande escala o movimento de massas, **efetuar a participação dos quadros no trabalho produtivo e dos trabalhadores na gestão**, reformar as regras e regulamentos antigos ou irracionais, estabelecer uma cooperação estreita entre partido, operários e técnicos, promover inovações tecnológicas em grande escala e acelerar a revolução técnica. (TSÉ-TUNG, 1960, p. 78)

Colocar a política no posto de comando, no lugar da economia e da técnica, também significa, para Mao, priorizar as mudanças nas relações de produção em detrimento do desenvolvimento das forças produtivas. A visão dominante na URSS era de que o foco devia ser o desenvolvimento das forças produtivas que, somado ao controle do Estado por um partido operário, traria uma sociedade socialista⁵³ com novas relações sociais de produção. Segundo Mao, o caminho era o inverso: “um grande desenvolvimento das forças produtivas vem sempre a seguir à transformação das relações de produção” (TSÉ-TUNG, 1976 [1960], p. 58). Ele usa o surgimento do capitalismo para justificar sua visão: a revolução burguesa aconteceu antes da revolução industrial. Depois de ocorrida a primeira, o estabelecimento de estados burgueses e a transformação da superestrutura teriam resultado numa convulsão das relações de produção, abrindo o caminho para o desenvolvimento das forças produtivas. Lembrando da discussão de Marx sobre subsunção formal e real, ele comenta que no início do capitalismo, com o simples agrupamento de artesãos em uma mesma oficina já se estabeleceu relações de

⁵³ Lenin (2004c [1920], p. 429) dizia que “o comunismo é o Poder Soviético mais a eletrificação de todo o país”.

produção capitalistas, mesmo que não houvessem máquinas. Por fim, fala da Inglaterra, onde a revolução industrial aconteceu no fim do século XVIII, enquanto a revolução burguesa tinha acontecido no século XVII, e da Alemanha, França, Estados Unidos e Japão, onde o desenvolvimento capitalista só teria ocorrido depois da transformação da superestrutura e das relações de produção.

Mao acerta em criticar um certo mecanicismo existente no pensamento da maioria dos bolcheviques. As técnicas não são neutras e a transição ao socialismo precisa ir muito além da estatização dos meios de produção. É necessário uma revolução nas relações de produção, que não são relações jurídicas (embora estas sejam uma expressão daquelas) e o surgimento de novas forças produtivas que permitam aos trabalhadores efetivamente controlar o processo de produção, acabando com a separação que existe no capitalismo entre os meios de produção e o produtor direto.

A análise de Mao, contudo, possui alguns problemas. Se é verdade que antes da revolução industrial já existia produção capitalista, ainda não se tratava de um regime especificamente capitalista, já que o trabalho ainda não estava subordinado realmente ao capital. É só com a maquinaria que surgem relações de produção plenamente capitalistas. Ao criticar o mecanicismo de quem vê uma relação unidirecional entre forças produtivas e relações de produção, Mao acaba caindo no mesmo equívoco, mas em sentido oposto. Também é um erro dizer que o desenvolvimento do capitalismo só acontece depois da revolução burguesa. Ora, se aconteceu uma revolução burguesa é porque já existe burguesia e, portanto, já existe produção capitalista. Na transição do feudalismo para o capitalismo, a burguesia primeiro se torna a classe economicamente dominante, para depois tornar-se a classe politicamente dominante. O mesmo não pode-se dizer do proletariado na transição do capitalismo ao socialismo. Segundo Naves, os equívocos da Mao decorrem da elaboração imprecisa do conceito de relações de produção, que compreenderiam, segundo o dirigente chinês, “o sistema de propriedade dos meios de produção, as relações humanas no trabalho e o sistema de distribuição” (ibid., p. 59).

Ele confunde as relações de produção, que são as *relações entre os agentes da produção mediadas pelos meios de produção*, com as relações de propriedade, que são expressões jurídicas das primeiras, assim como confunde as relações de produção com as relações de distribuição, que se referem à repartição dos produtos entre os indivíduos, e que depende da

repartição anterior dos meios de produção entre as classes, sendo assim determinada pelas relações de produção. (NAVES, 2005, p. 69).

Outro problema é acreditar relações de produção socialistas são compatíveis com a produção de mercadorias. Como já dito, enquanto a produção for mercantil, ela seguirá uma lógica que escapa aos produtores, não sendo possível um verdadeiro controle dos trabalhadores sobre a produção. Para Mao, entretanto, o problema é a produção *capitalista* de mercadorias. Uma produção socialista de mercadorias não seria problema. Pelo contrário, a lógica mercantil deveria, inclusive, ser expandida:

Existem aqueles que temem as mercadorias. Sem exceção, temem o capitalismo, sem entender que, com a eliminação dos capitalistas, pode-se expandir vastamente a produção de mercadorias. Ainda estamos atrasados na produção de mercadorias, atrás do Brasil e da Índia. A produção de mercadorias não é algo isolado. Olhem o contexto: capitalismo ou socialismo. Num contexto capitalista, é uma produção capitalista de mercadorias. A produção de mercadorias existiu desde os tempos antigos. (TSÉ-TUNG, 2008 [1958], p. 156-157).

Mas a força de trabalho já não seria mais mercadoria na China, graças às campanhas de retificação. O trabalho continuava sendo vendido em troca de salário, mas para Mao não era isso que definia a força de trabalho como mercadoria. O que definia era a posição ideológica dos trabalhadores(!): “depois da retificação e das campanhas antidireitistas, a força de trabalho já não era mercadoria. Estava a serviço do povo, não do dólar” (ibid., p. 160). Estando politicamente a serviço da revolução, a força de trabalho deixava de ser mercadoria⁵⁴.

Ao mesmo tempo que faz sua crítica teórica ao modelo soviético, Mao está em disputa com outros setores do PCC. Em 1956, ele havia lançado uma campanha de críticas aos quadros, defendendo uma “democracia de massas”. A palavra de ordem era “que cem flores desabrochem, que cem escolas de pensamento rivalizem”. As queixas e insatisfações da população realmente apareceram, com greves operárias, manifestações estudantis, protestos de intelectuais, abandono das cooperativas, matança de animais de criação e outras formas de protesto que superaram os objetivos do movimento. Se a esperança era ativar os setores passivos da sociedade, principalmente intelectuais, a favor do maoísmo, o que se viu foi uma revolta destes em relação ao partido, com o aparecimento de uma oposição de direita (LEW, 1977, p. 150). Reforçando o aspecto direitista das críticas,

⁵⁴ Segundo Schwartz (apud D’MELLO, 2009, p. 44), o próprio termo “proletariado”, no maoísmo, se referia a um conjunto de valores morais – “auto-abnegação, sacrifício ilimitado às necessidades da coletividade, autoconfiança, energia incansável e disciplina de ferro” – como norma de um comportamento coletivista.

o partido rapidamente reprimiu o “movimento das cem flores”. Houve então um movimento de retificação interno no partido, contra o sectarismo, o burocratismo e o subjetivismo, e milhares de membros foram enviados ao campo para serem reeducados. Era um momento de grande disputa na cúpula comunista, com os aliados de Mao tentando acabar com a direção colegiada do partido, que havia sido aprovada no último congresso.

Durante esse processo conturbado, em 1958, foi lançado o Grande Salto Adiante, com o objetivo de reverter os fracos resultados agrícolas do primeiro plano quinquenal. As 740 mil cooperativas rurais foram agrupadas em 26 mil comunas, cada uma com 5 a 10 mil famílias, abrangendo 99% dos camponeses. A propriedade era coletiva e as comunas eram organizadas por brigadas e equipes de produção, que eram responsáveis pelo trabalho agrícola e por grandes obras, principalmente de irrigação. O trabalho doméstico também foi coletivizado. Além disso, algumas fábricas foram removidas para o campo para que os camponeses aprendessem as técnicas usadas na indústria. Outro motivo era aproveitar nessas fábricas o trabalho dos camponeses durante as entressafas. Também foram construídos cerca de um milhão de fornos siderúrgicos de quintal, com o objetivo de duplicar a produção de aço. Camponeses foram em busca de petróleo e urânio em regiões remotas do país⁵⁵. Pretendia-se superar o atraso econômico da China e alcançar a Inglaterra em 15 anos.

Havia divergências sobre o ritmo com que o processo de coletivização deveria ser feito, mas Mao defendeu que fosse de forma acelerada, aproveitando para “fazer a forja enquanto o aço ainda estava quente” (NABUCO, 2009, p. 4). Os resultados da rápida coletivização, contudo, não foram os esperados e a produção de cereais caiu consideravelmente. A produção industrial também ficou aquém das expectativas e o aço dos fornos de quintal era de péssima qualidade. Problemas climáticos ajudaram para piorar a situação da agricultura. Além disso, o Grande Salto sofreu boicote dos adversários de Mao no partido e, para piorar, o rompimento da China com a URSS resultou na retirada dos técnicos soviéticos.

Apesar desses problemas externos, a principal causa do fracasso do Grande Salto Adiante foram “os erros de concepção e de aplicação das medidas propostas,

⁵⁵ Os principais poços de petróleo foram encontrados em Daqing, que será usado como modelo durante a Revolução Cultural.

o subjetivismo e a improvisação” (NAVES, 2005, p. 60). Ficou claro o caráter voluntarista do maoísmo. Acreditando ser possível mudar as relações de produção baseando-se apenas na vontade política, o projeto maoísta fracassou. É claro que as técnicas capitalistas da produção siderúrgica, por exemplo, não são neutras. São técnicas que servem para manter o trabalho alienado e explorá-lo o máximo possível. Além disso, a tecnologia usada nas siderúrgicas capitalista depende de uma escala mínima de produção, o que pode estar influenciado, por um lado, pelo alto grau de oligopolização desse setor. Mas também não pode-se cair no erro de achar que a tecnologia é meramente social e mudará completamente ao mudar o modo de produção. Independente deste, uma siderúrgica tem vantagens a partir de uma certa escala de produção. Há, por exemplo, economia de energia, o que depende de leis da física e da química que, até onde se sabe, não são passíveis de revogação pela mobilização das massas. Ou seja, não está errado buscar novas formas de produção e novas técnicas que permitam o controle do trabalho pelos produtores diretos ou que diminuam as diferenças entre o campo e a cidade. O problema é achar que é possível fazer isso em pouco tempo e apenas por vontade política. O que acabou acontecendo foi um esforço sobre-humano dos trabalhadores durante alguns anos, sem que estes tivessem participado das decisões que levaram ao Grande Salto. Na Conferência de Lushan, o próprio Mao assumiu a responsabilidade, mas disse que foi apenas “uma derrota parcial, em alguns setores; pagamos caro por nossa aprendizagem, o ‘vento do comunismo’ soprou; para todo o povo de nosso país esse foi um fator de educação” (ibid., p. 61).

O resultado foi um fortalecimento do grupo que se opunha a Mao dentro do partido, liderado por Liu Shaoqi (que assumiu a presidência do país), Zhou Enlai e Deng Xiaoping. Mao renunciou aos cargos que possuía e se manteve apenas na presidência do Comitê Central e os quadros que haviam sido afastados do partido durante o Grande Salto retornaram aos seus cargos. Houve um desmonte das comunas e os camponeses foram autorizados a ter uma pequena produção privada e firmar contratos para uso de equipamentos na produção rural, além de incentivos à produção em dinheiro (NABUCO, 2009, p. 7). Houve ainda um reforço da disciplina nas fábricas e a adoção de critérios de “eficácia” econômica, como o salário por peça. Um dos poucos setores que continuaram próximos a Mao foi o exército.

3.3 A Revolução Cultural

Em pouco tempo, os “elementos burgueses” do partido passaram a ser denunciados e Mao, mesmo enfraquecido, conseguiu lançar o “Movimento de Educação Socialista”, em 1962, com o objetivo de afastar os quadros comprometidos com o “caminho do capitalismo” e promover quatro limpezas: “nos campos político, econômico, organizativo e ideológico” (POMAR, 2003, p. 96). Além da grande disputa interna, era um período de instabilidade externa, com o rompimento com a URSS, a Crise dos Mísseis em Cuba, uma insurreição no Tibete e conflitos de fronteira com a Índia.

A Revolução Cultural surge como última tentativa do maoísmo em investir sobre sua própria base, voltando aos princípios do Grande Salto, uma reconciliação com a “linha de massas”, o que implicava “uma relação autoritária e de direção (muitas vezes sob a forma paternalista), mas também precisa de um enraizamento dos quadros no seio das massas” (LEW, 1977, p. 161). Esse projeto estava acompanhado de uma diminuição das desigualdades sociais, do fim da separação entre a cidade e o campo (com descentralização da indústria), do aumento do nível de vida, da elevação dos conhecimentos culturais e do fim da separação entre trabalho manual e intelectual.

O problema é que Mao não tinha apoio dentro do partido para isso. Sua primeira atitude foi consolidar seus apoios no exército, cujo comandante, Lin Piao, começou uma campanha de maoização em 1964, com o lançamento do Livro Vermelho. Em 1966, o jornalista maoísta Yao Wenyan escreveu uma crítica literária à peça de teatro *A destituição de Hai Rui*, do escritor (e vice-prefeito de Pequim) Wu Han. A peça, que se passava na antiga China Imperial, criticava um imperador que afastava injustamente um funcionário e era uma metáfora para criticar as atitudes de Mao durante o Grande Salto. No mesmo ano, Jiang Qing (esposa de Mao) e Lin Biao organizaram com o exército um fórum sobre literatura e arte. As discussões sobre cultura passaram a ser usadas indiretamente na disputa entre os diferentes grupos do partido. Nesse contexto surgiu a *Grande Revolução Cultural Proletária* e equipes de trabalho foram enviadas às universidades para divulgar a ideologia comunista. Os estudantes logo passaram a se organizar e surgiram os *guardas vermelhos*, a vanguarda da Revolução Cultural. Depois as escolas e universidades

foram fechadas para que os jovens pudessem participar da revolução. Houve um grande processo de expurgo que se iniciou pelo Ministério da Cultura e se espalhou por todas as esferas do partido e do governo, atingindo os quadros que eram acusados de defender a via capitalista. Mao dizia que

na sociedade socialista continuam a existir as classes e a luta de classes, a luta entre a via socialista e a via capitalista. Não é suficiente a revolução socialista apenas na frente econômica (...) é preciso também uma revolução socialista consequente na frente política e ideológica. (apud NAVES, 2005, p. 77).

As massas foram mobilizadas contra os quadros do partido com um discurso contrário à hierarquia. Mas as mudanças não se restringiram à organização do Estado e do partido. Era necessário que se quebrasse também a hierarquia das fábricas, com os trabalhadores assumindo o controle delas e superando a divisão entre trabalho manual e intelectual.

Essencial para a Revolução Cultural foi o papel da Guarda Vermelha, formada por milhões de estudantes – muitos de origem operária ou camponesa – que se organizaram inicialmente nas escolas e universidades, mas logo passaram a exercer uma forte atividade de propagação da revolução em toda parte, principalmente nas fábricas. Os guardas vermelhos eram eleitos individualmente, “levando em consideração o nível ideológico dos candidatos”, e sua função era divulgar o pensamento de Mao e “assimilar ideias vivas das massas” (BETTELHEIM, 1979, p. 41).

A forma de organização das fábricas mudou radicalmente. O vice-presidente de um comitê revolucionário de fábrica disse, em entrevista a Bettelheim (ibid., p. 22) que “antes da revolução não colocávamos a política devidamente no posto de comando”, mas a economia, o que significava “prioridade à produção, um sistema de estímulos materiais (gratificações), em que os especialistas e *experts* tendiam a dirigir a fábrica dando prioridade à técnica, ao dinheiro e ao lucro”. Com a Revolução Cultural, a divisão entre as tarefas de direção e de execução foi reduzida e foram introduzidas as *duas participações* – dos operários na gestão e dos dirigentes no trabalho manual – de que falava a carta de Anshan. O antigo controle de qualidade dentro da fábrica foi substituído pelo autocontrole.

Para que isso acontecesse, foram criados os grupos de gestão operária. Eles eram compostos principalmente de operários veteranos e de jovens intelectuais, eleitos pelos trabalhadores da equipe, e tinham cinco funções (ibid., p. 29):

- 1) Trabalho ideológico e político;
- 2) Trabalho da produção e da revolução técnica;
- 3) Assuntos financeiros e materiais;
- 4) Segurança do trabalho;
- 5) Bem-estar e vida cotidiana.

Como eram responsáveis tanto por questões administrativas das fábricas quanto por questões políticas e ideológicas, era importante que seus membros não estivessem sob influência da ideologia burguesa. Bettelheim, um entusiasta da revolução cultural, diz que isso era garantido pelos seguintes pontos:

a necessidade de revolucionarização ideológica pessoal dos membros dos Grupos de gestão operária pelo estudo do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tsé-tung; a permanência dos membros dos Grupos na prática da produção, sua submissão às críticas das massas populares e, enfim, **acima de tudo, que a direção ideológica desses Grupos seja assegurada pelo comitê do Partido**, sendo este último submetido ao controle dos trabalhadores. (ibid., p. 39).

No entanto, em nenhum momento é dito como se dava esse suposto controle do comitê central pelos trabalhadores, provavelmente porque ele nunca existiu. O problema ficou mais evidente em Xangai, cidade onde a organização autônoma dos trabalhadores se mostrou mais forte. Lá, eles não se limitaram a controlar as fábricas e criaram o *Quartel General dos Operários Rebeldes Revolucionários*, que disputava o poder com as autoridades municipais. Em 5 de fevereiro de 1967 foi proclamada a Comuna de Xangai que durou, entretanto, menos que a Comuna de Paris, que a inspirara. No dia 24 de fevereiro, por determinação de Mao, ela foi substituída por um *Comitê Revolucionário* que era formado por uma tripla aliança: o exército, antigos quadros do partido e “novos elementos escolhidos da revolução cultural” (LEW, 1977, p. 166). Na prática, o controle era exercido pelo exército, que reprimiu os setores mais radicalizados, para os quais a questão não era afastar os maus quadros, mas acabar com a relação dirigente-dirigido. A repressão à comuna de Xangai significou um grande recuo e mostrou os limites da Revolução Cultural.

Na justificativa que Mao apresentou para a sua atitude, além de razões secundárias ou pouco relevantes, aparece a razão de fundo: “**se o sistema**

de Comunas se generalizasse”, pergunta Mao, “o que seria do Partido?; não haveria mais um núcleo dirigente?; isso não acarretaria uma mudança no sistema político?” [...] A preservação do partido e do “sistema político” existentes significa a preservação da forma de Estado que – na ausência de uma real transformação das relações de produção – permitiu a constituição de uma burguesia estatal – justamente a razão para que fosse necessária uma “Revolução Cultural”. (NAVES, 2005, p. 90).

O culto à personalidade de Mao durante esse período conseguiu ultrapassar o de Stalin na URSS. Foram impressos centenas de milhões de exemplares do *Livro Vermelho* e aqueles que eram considerados revisionistas pelos Guardas Vermelhos eram enviados para as Escolas 7 de Maio, onde trabalhavam no campo e estudavam textos de Mao. Ou seja, os trabalhadores deviam criar novas formas de organização e romper com a hierarquia em relação a seus superiores imediatos. Eram livres para criar uma nova sociedade, com a pequena restrição de que essa nova sociedade seguisse as determinações do partido... e que o partido seguisse as determinações do *Grande Timoneiro!*

Inúmeros chineses foram enviados ao campo para acabar com seu “comportamento revisionista ou direitista”. Em pouco tempo, as pessoas passaram a sofrer acusações desta natureza por qualquer razão, desde conflitos entre vizinhos até casos de exercício de alguma profissão mal vista. Os processos no mais das vezes resultavam em ida aos campos de reeducação, prisão ou execução. A patrulha ideológica dos Guardas Vermelhos e a violência na cidade e no campo cresciam assustadoramente. Os acusados, durante o processo de investigação, eram pressionados em sistemáticas sessões de estudo do pensamento de Mao, e eram compelidos a “confessar” suas práticas burguesas. (NABUCO, 2009, p. 14).

O exército teve um importante papel, assumindo a gestão de fábricas e a administração pública em algumas províncias. Também atuou na reorganização de equipes de produção nas comunas rurais. Era, ainda, responsável por julgar quem era realmente de esquerda: “agentes da verdade e guardiões da ‘linha revolucionária’, os militares podiam aparecer como uma instância acima dos conflitos de classe que cortavam a sociedade chinesa, uma espécie de tribunal supremo da razão revolucionária” (NAVES, 2005, p. 93).

Depois da Comuna de Xangai, a direção maoísta foi recuando em relação às transformações políticas e sociais. O exército e o partido se fortaleceram e os quadros que haviam sido afastados pelas massas foram aos poucos retornando aos seus cargos. Houve uma forte repressão às correntes da chamada “ultraesquerda” e foi adotado o sistema de Tríplice Aliança, segundo o qual os comitês revolucionários eram formados por representantes das massas, quadros do partido e por militares, reduzindo o poder das “massas”. Em 1969, o IX Congresso do partido declarou o fim

da Revolução Cultural, mas muitos autores consideram que ela durou até 1976, com a morte de Mao. Esse período final foi marcado justamente pelas disputas internas em torno da sucessão de Mao. Em 1978 começaram as reformas lideradas por Deng Xiaoping que não só resultaram no fim de qualquer projeto de emancipação dos trabalhadores chineses como tornaram a China o grande centro de acumulação de capital do mundo, com uma elevada exploração da força de trabalho.

Dentro das fábricas, o que ocorreu foi cada vez mais a adoção tecnologias e os modelos de gestão tradicionais do Ocidente, abandonando-se de vez qualquer tentativa de criar formas socialistas de produção. O curioso é que, nessa nova etapa, antigos protagonistas da revolução cultural tenham se tornado gestores. Um exemplo disso é o “grupo do petróleo”, formados por antigos trabalhadores de Daqing. Durante o Grande Salto Adiante, com poucos recursos, eles haviam encontrado poços nessa cidade do norte do país, reduzindo a dependência chinesa por petróleo. Pouco antes da revolução Cultural, Mao lançou a campanha “Aprender com Daqing”, apresentando os novos métodos de produção lá adotados – como a participação dos quadros no trabalho manual – como sendo o segredo do sucesso do crescimento da extração de petróleo. Com algumas semelhanças com o que ocorreu no movimento stakhanovista, esses operários-modelos foram usados em propagandas para estimular o demais trabalhadores. Esse cartaz, por exemplo, mostra Wang Jinxi, o líder da equipe de Daqing:



Apoiados pelo grupo maoísta, eles logo foram transferidos para funções de planejamento, lembrando a trajetória dos heróis stakhanovistas. Na década de 1970,

já próximo de Deng Xiaoping, o grupo do petróleo ocupava cargos na direção do partido e formulou planos para a importação de tecnologia estrangeira para a extração de petróleo (NABUCO, 2009, p. 19). Os antigos líderes revolucionários e os trabalhadores padrão que serviam de modelo para a construção do socialismo foram aos poucos ocupando o papel de gestores no novo capitalismo que surgia na China, lembrando aquilo que Marx disse no terceiro livro d'*O Capital*: “quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas, tanto mais sólido e perigoso é seu domínio” (MARX, 1986b [1894], p. 112).

Segundo João Bernardo, esse é um fator central para entender o que ocorreu na China e suas diferenças com o modelo soviético e está relacionado às especificidades do capitalismo existente em cada um dos países antes da revolução. A Rússia era um país basicamente agrário, mas a pouca indústria que existia antes de 1917 era moderna e usava tecnologias e os mesmos métodos de gerência do resto da Europa⁵⁶. Já na China a indústria que existia não só era menor que na Rússia como era muito atrasada. Se na URSS os antigos gestores burgueses foram mantidos nas fábricas usando os antigos métodos, na China esses gestores eram poucos e os que existiam na época da Revolução Cultural, ao contrário da URSS, tinham se formado pós 1949 ou antes de 1949, mas nas regiões que já estavam sob domínio do PC:

O caso chinês tem uma particularidade específica muito importante: o limitado desenvolvimento da indústria capitalista na China antes de 1949 teve como consequência a escassez de gestores tecnológicos, isto é, aqueles gestores que têm como função o conhecimento e o controle dos aspectos tecnológicos da produção, quer dizer, recheiar o espaço que na tecnologia separa o produtor dos meios de produção. A maior parte dos gestores existentes na China antes do 1949 eram administradores, burocratas, já do aparato do Estado oficial, já do aparato organizado pelo Partido Comunista nas regiões sob seu controle. (BERNARDO, 1977, p. 20).

Essa escassez de gestores foi logo sentida, sendo um dos problemas enfrentados para executar os planos econômicos. A solução encontrada por Mao foi

⁵⁶ Löwy, citando Trotsky, mostra que a indústria soviética estava no nível dos países avançados: “O exemplo que ele [Trotsky] menciona, é claro, é o da Rússia czarista, um país onde a agricultura permanecia na maior parte quase ao nível do século XVII, enquanto que a indústria, por sua técnica e sua estrutura capitalista, ‘encontrava-se ao nível dos países avançados e até mesmo, sob certos aspectos, superava-os’ – especialmente pelo grau de concentração da indústria, superior até mesmo à dos Estados Unidos: em 1914, as grandes fábricas (mais de mil operários) empregavam 17,8% da totalidade dos operários, enquanto que na Rússia a proporção era de 41,4%.” (LÖWY, 1998, p. 77-78).

colocar os próprios trabalhadores para controlarem as fábricas que foram construídas. Esse apelo às “massas”, além de ajudar Mao na disputa interna do partido, ajudou a formar uma nova classe gestora, o que explicaria a particularidade do maoísmo:

Se trata, em definitivo, para o maoísmo – e aqui reside sua originalidade – de organizar um sistema em que fossem os próprios proletários os encarregados da aplicação prática do plano econômico global e dos estudos e sugestões prévias a sua elaboração, no nível de cada unidade de produção, mantendo os gestores e os capitalistas de Estado o controle de todo o processo mediante o domínio dos aspectos centrais da elaboração e da execução do plano. Essa é a função econômica do conhecido sistema maoísta que pretende fomentar a iniciativa da base ao mesmo tempo que impede a unificação dessas iniciativas. Para o maoísmo, o proletariado deve ter uma certa capacidade de iniciativa – aquela que os capitalistas de Estado necessitam para suprir suas próprias deficiências. Mas a amplitude dessas iniciativas é, em primeiro lugar, circunscrita aos centros de produção, não podendo unificar-se com outras iniciativas locais⁵⁷, e não podendo, portanto, converter-se assim em um movimento autônomo; em segundo lugar, têm como função o esforço do capitalismo de Estado. Aqui também se trata de uma forma de trabalho gratuito: os proletários efetuam gratuitamente a função dos gestores, os explorados procedem gratuitamente à execução de um certo número de tarefas necessárias para a sua própria exploração. Esse é o verdadeiro sentido da “linha de massas” do maoísmo e o segredo da diferença entre o sistema stalinista de planificação e o sistema maoísta. Essa diferença não é explicável com base nas diferenças ideológicas entre os respectivos dirigentes, não é resultado de uma diferença ideológica com efeitos reais, como pretendem os idealistas arautos do maoísmo, é na realidade uma diferença real com efeitos ideológicos. As particularidades relativas do maoísmo com respeito ao modelo stalinista do capitalismo de Estado se explicam pelo tipo de capitalismo que existia em ambos países antes da chegada ao poder dos respectivos partidos comunistas. (ibid., p. 24-25).

A china encontrou, portanto, uma forma de superar o atraso da indústria e a falta de gestores, fazendo com que os operários ficassem responsáveis pela gestão. Com o tempo os trabalhadores que se destacaram nesse processo acabaram se tornando uma nova classe gestora, fazendo com que ele se tornasse desnecessário:

Na medida em que o capitalismo de Estado evolui e que os novos gestores se consolidam em suas funções, a escassez de elementos de gestão vai sendo superada. Aquela situação econômica e social à qual, em termos ideológicos, se denomina maoísmo, que pretendendo superar as limitações objetivas do capitalismo de Estado na China mediante o recurso à iniciativa parcelizada e localizada do proletariado, encontra na evolução desse processo a raiz de sua extinção, já que dessa maneira consegue formar rapidamente (no transcurso de uma geração) e a nível de todo o país uma casta de gestores capaz, daqui em diante, de se encarregar do controle global da vida econômica sem ter de recorrer à iniciativa proletária. O maoísmo se extingue pelo cumprimento de sua tarefa histórica e são as convulsões dessa morte, que são ao mesmo tempo o fim da fase de expansão interna e de consolidação do capitalismo de Estado e o começo de sua vida como forma econômico-social já constituída e inteiramente

⁵⁷ Como ocorreu na Comuna de Xangai, por exemplo.

desenvolvida, que agitaram a China na última década. Com a “revolução cultural”, o maoísmo desencadeou o último episódio desse recurso à iniciativa parcial dos trabalhadores, mas a liquidação física do proletariado pelo maoísmo ao final da “revolução cultural” mostrou que a forma de organização social pela qual a China está sendo regida agora perderá sua importância e seu caráter de necessidade histórica e que o maoísmo como tal estava acabado. (ibid., p. 30-31).

Estava encerrada na China a tentativa de criar um sistema no qual os próprios trabalhadores controlassem seu trabalho e iniciava-se um retorno ao capitalismo. Os operários que haviam ascendido socialmente durante o Grande Salto e a Revolução Cultural, que formavam a base de apoio ao maoísmo, agora ocupavam cargos de gestão nas fábricas e no partido e passaram a apoiar as reformas de Deng Xiaoping. A revolução Chinesa, uma das maiores vitórias da história dos trabalhadores, havia sido derrotada.

CONCLUSÃO

Tanto os russos quanto os chineses tiveram que iniciar a construção do socialismo em situações adversas. Para começar, ambos eram países subdesenvolvidos, com uma população majoritariamente camponesa e com um capitalismo que ainda não havia se estabelecido completamente. Além disso, as suas economias estavam destruídas, já que nos dois países a revolução foi acompanhada de uma guerra civil, sem falar das guerras mundiais pelas quais passaram, fazendo com que a pouca infraestrutura existente fosse praticamente destruída. Com esse cenário, não é difícil entender porque a prioridade logo após cada uma das revoluções foi reconstruir o país o mais rápido possível. A preocupação acabou sendo o crescimento e a industrialização, deixando outras questões de lado.

Além disso, o capitalismo é um sistema global e, portanto, só pode acabar se for em nível internacional. Quando a Revolução Russa ocorreu, acreditava-se que logo aconteceria o mesmo com outros países da Europa, principalmente a Alemanha. Rompendo-se “o elo mais fraco da corrente do imperialismo”, o resto da corrente cairia junto. Não foi o que aconteceu e a URSS teve que embarcar no projeto do “socialismo num só país”, idealizado por Bukharin e seguido por Stalin. Após a Revolução Chinesa, o isolamento soviético poderia se reduzir, mas logo houve o rompimento entre os dois países.

Isolados do resto do mundo e com um país a ser quase inteiramente reconstruído, os soviéticos viram como única alternativa para sobreviver apostar no crescimento acelerado. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas adquire um papel central que passa a ser a grande preocupação do governo bolchevique. As mudanças nas relações sociais de produção viriam como consequência. Essa é uma visão que, embora já presente em Lenin, exacerba-se com Stalin, para quem as mudanças e o desenvolvimento da produção

começam sempre, tendo como ponto de partida, as mudanças e o desenvolvimento das forças produtivas, e, antes de tudo, das que afetam os

instrumentos de produção. As forças produtivas constituem, portanto, o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. A princípio, mudam e se desenvolvem as forças produtivas da sociedade, e logo depois, *sujeitas a essas mudanças e de acordo com elas*, mudam as relações de produção entre os homens, suas relações econômicas. (STALIN, 1938)

E, como dito anteriormente, Stalin via o progresso das forças produtivas como se fosse neutro em relação às classes. Exagerando um pouco seu argumento, teríamos uma transição ao socialismo sem luta de classes, baseada apenas em questões técnicas e econômicas.

O maoísmo critica esse economicismo do primado das forças produtivas. O problema é que, ao rejeitar o determinismo tecnológico, adota a posição oposta, de ver as forças produtivas como mero efeito das relações de produção, além de confundir as relações de produção com as ideologias que estão ligadas a elas. É uma posição idealista e voluntarista, que acredita que tudo é possível com vontade política e mobilização das “massas”, mesmo que não existam condições objetivas para tal.

Mao costuma ser aclamado por seus seguidores por entregar o controle da produção aos trabalhadores, ao contrário do que acontecia na URSS. Graças ao pensamento do Grande Timoneiro, teria existido uma verdadeira possibilidade de emancipação do proletariado chinês. Mas não podemos explicar a história apenas pela genialidade de algum líder. Várias questões fazem com que Mao tivesse essa postura. Como observou Linhart, na China os comunistas tinham contato direto com a produção antes da revolução, o que permitiu que fizessem uma crítica mas profunda sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores durante o processo produtivo. Além disso, como destacou João Bernardo, a China não poderia ter adotado o caminho soviético de manter os especialistas burgueses no comando das fábricas, simplesmente porque eles não existiam em número suficiente e os poucos que existiam não estavam acostumados com os métodos mais avançados de gestão dos países capitalistas. Nos primeiros anos da revolução, a saída foi buscar ajuda dos especialistas soviéticos, mas depois da saída deles não restava outra opção além de incentivar uma maior participação dos trabalhadores na gestão. Por fim, não podemos nos esquecer que esse apelo maoísta à participação das “massas” sempre surgia em períodos em que Mao estava enfraquecido dentro do partido. Era a forma que ele encontrava de seguir como dirigente máximo da revolução. Mas tão logo o

movimento das massas assumia um comportamento autônomo, a repressão do exército reaparecia.

Mesmo com todos os problemas apresentados, as experiências russa e chinesa não devem ser ignoradas pelos atuais comunistas. Foram alguns dos momentos de maior avanço da classe trabalhadora e continuarão inspirando muitas lutas. É preciso, porém, estudá-las com um olhar crítico, para que os erros tomados não se repitam no futuro.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Robert. **Capitalism and Communism in Russia/Soviet Union**. 2008. Disponível em: <<http://www.nuffield.ox.ac.uk/People/sites/Allen/SitePages/Biography.aspx>>. Acesso em 11 nov. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARTHUR, Christopher J. **The Myth of 'Simple Commodity Production'**. Marx Myths and Legends, 2005. Disponível em: <<http://marxmyths.org/chris-arthur/article2.htm>>. Acesso em 2 dez. 2013.

BAILES, Kendall E. Alexei Gastev and the Soviet controversy over Taylorism. **Soviet Studies**, v. XXIX, n. 3, July 1977, p. 373-394.

BEDEIAN, Arthur G.; PHILLIPS, Carl R. Scientific management and Stakhanovism in the Soviet Union: A historical perspective. **International Journal of Social Economics**, v. 17, n. 10, 1990, p.28-35.

BERNARDO, João. **Lucha de clases en China (1949-1976)**. Bilbao: Zero, 1977.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BETTELHEIM, Charles. **Revolução Cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRYAN, Nilton A. Paciulli. **Educação, trabalho e tecnologia**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CARCANHOLO, Marcelo Dias e NAKATANI, Paulo . Cuba: socialismo de mercado ou planificação socialista? In: **Anais do VI Encontro Nacional de Economia Política**, Campinas, 2005.

CHATTOPADHYAY, Paresh. The Economic Content of Socialism: Marx vs. Lenin. **Review of Radical Political Economics**, vol. 24, (3 & 4), 1992.

COUTINHO, Maurício Chalfin. **Marx: notas sobre a teoria do capital**. São Paulo: Hucitec, 1997.

DAVIES, Robert William; KHLEVNYUK, Oleg. Stakhanovism and the Soviet economy. **Europe-Asia Studies**, v. 54, n. 6 (sep., 2002), p. 867-903.

DEUTSCHER, Isaac. **Trotsky: o profeta armado, 1879-1921**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

D'MELLO, Bernard. What is Maoism? **Economic & Political Weekly Economic & Political Weekly**, v. 44, n. 47, (Nov. 21, 2009), p. 39-48.

DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution**. Volume III: The "dictatorship of the proletariat". New York: Monthly Review Press, 1986.

_____. **The 'dictatorship of proletariat' from Marx to Lenin**. New York: Monthly Review Press, 1987.

DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. Marx, Estranhamento e Emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. **I Encontro Nacional de Economistas Marxistas**, 2007.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a autoridade**. Março de 1873. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>>. Acesso em 25 out. 2013.

_____. **Letter to C. Schmidt**. 5 de agosto de 1890. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1890/letters/90_08_05.htm>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **El anti-Duhring o "La revolución de la ciencia" de Eugenio Duhring**: introducción al estudio del socialismo. 4.ed. Buenos Aires: Claridad, 1972 [1877].

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [1884].

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

HEINRICH, Michael. **An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. New York: Monthly Review, 2012.

INFRANCA, Antonino; VEDDA, Miguel. Sobre la génesis de la categoría de alienación. In: _____; _____ (org.). **La alienación: historia y actualidad**. Buenos Aires: Herramienta, 2012.

JOSEPHSON, Paul R. "Projects of the Century" in Soviet History: Large-Scale Technologies from Lenin to Gorbachev. **Technology and Culture**, v. 36, n. 3 (Jul., 1995), p. 519-559.

KOLLONTAI, Alexandra. **Oposição operária 1920-1921**. São Paulo: Global, 1980 [1921].

_____. O amor na sociedade comunista (Carta à juventude operária). In: _____. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000 [1921]. p. 119-173.

KRUPSKAYA, Nadezhda. Un problema planteado por la Marcha de la construcción socialista. In: _____. **La educación laboral y la enseñanza**. Moscú: Editorial Progreso, 1986 [1936], p. 180-182.

LENIN, Vladimir Ilitch. The Taylor System – Man's Enslavement by the machine. In: _____. **Collected works**. Volume 20: December 1913-August 1914. 3rd printing. Moscow: Progress Publishers, 1977 [1914], p. 152-154.

_____. Original Version of the Article "The Immediate Tasks of the Soviet Government". In: _____. **Collected works**. Volume 42: October 1917-March 1923. 3rd printing. Moscow: Progress Publishers, 1977a [1918], p. 68-84.

_____. Original Version of the Article "The Immediate Tasks of the Soviet Government". Verbatim Report. In: _____. **Collected works**. Volume 27: February-July 1918. 3rd printing. Moscow: Progress Publishers, 1977b [1918], p. 203-218.

_____. Session of the all-Russia C.E.C., April 29. 1918. In: _____. **Collected works**. Volume 27: February-July 1918. 3rd printing. Moscow: Progress Publishers, 1977c [1918], p. 279-313.

_____. Speech Delivered at The Third All Russia Congress of Economic Councils. January 27, 1920. In: _____. **Collected works**. Volume 30: September 1919-April 1920. 3rd printing. Moscow: Progress Publishers, 1977 [1920], p. 309-313.

_____. A "scientific" system of sweating. In: _____. **Collected works**. Volume 18: April 1912-March 1913. 5th printing. Moscow: Progress Publishers, 1978 [1913], p. 594-595.

_____. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979 [1902]. Tomo I. p. 79-214.

_____. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979a [1917]. Tomo I. p. 575-671.

_____. Resolução sobre as medidas econômicas contra a desordem. In: _____. **Sobre os sindicatos**. Butantã: Livramento, 1979b [1917], p. 257-259.

_____. Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotsky. In: _____. **Sobre os sindicatos**. Butantã: Livramento, 1979a [1921], p. 288-309.

_____. Primeiro projeto de resolução do X Congresso do PC da Rússia sobre o desvio sindicalista e anarquista em nosso partido. In: _____. **Sobre os sindicatos**. Butantã: Livramento, 1979b [1921], p. 310-313.

_____. Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da Nova Política Econômica. Resolução do CC do PC(b) da Rússia de 12 de janeiro de 1922. In: _____. **Sobre os sindicatos**. Butantã: Livramento, 1979, p. 314-324.

_____. A fly in the ointment. In: _____. **Collected works**. Volume 33: August 1921-March 1923. 4th printing. Moscow: Progress Publishers, 1980a [1922], p. 368-369.

_____. Preface to I. I. Stepanov's *The electrification of the R.S.F.S.R. and the transitional phase of world economy*. In: _____. **Collected works**. Volume 33: August 1921-March 1923. 4th printing. Moscow: Progress Publishers, 1980b [1922], p. 245-246.

_____. Notebook "β". In: _____. **Collected works**. Volume 39: Notebooks on Imperialism. 3rd printing. Moscow: Progress Publishers, 1981 [1912-1916], p. 74-202.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1899].

_____. Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução [Teses de abril] In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1988 [1917]. Tomo II. p. 11-16.

_____. As tarefas imediatas do poder soviético. In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1988 [1918]. Tomo II. p. 557-587.

_____. I Congresso da Internacional Comunista (2-6 de março de 1919). Teses e relatórios sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado (4 de março). In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004. Tomo III. p. 78-88.

_____. A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo. In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004a [1920]. Tomo III. p. 275-349.

_____. IX Congresso do PCR(b). In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004b [1920]. Tomo III. p. 258-271.

_____. VII Congresso dos Sovietes de toda a Rússia. In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004c [1920]. Tomo III. p. 410-431.

_____. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1917].

LEW, Roland. A trajetória do maofismo. In: MANDEL, Ernest et al. **A China antes e depois de Mao**. Lisboa: Antídoto, 1977, p. 125-179.

LINHART, Robert. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, n.1, 1998, p. 73 – 80.

_____. Leon Trotsky, profeta da Revolução de Outubro. **Outubro**, São Paulo, n. 3, p. 53-61, 1999.

LUKÁCS, György. O processo de democratização. In: _____. **Socialismo e democratização**: Escritos políticos 1956-1971. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. p. 83-206.

MANDEL, Ernest. Origem e evolução da Terceira Revolução Chinesa. In: MANDEL, Ernest et al. **A China antes e depois de Mao**. Lisboa: Antídoto, 1977, p. 13-84.

_____. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**: de 1843 até a redação de O Capital. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MARGLIN, Stephen A. Origem e funções do parcelamento das tarefas: Para quê servem os patrões? In: _____. GORZ, André (org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 37-77.

MARKIN, N. The Stakhanovist Movement. **New International**, v. 3, n. 1, February 1936, p. 9-13.

MARX, Karl. Marx a Engels. 8 de enero de 1868. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre El Capital**. 2.ed. Barcelona: Laia, 1974. p. 153-154.

_____. **Miséria da Filosofia**: resposta à “Filosofia da miséria” de Pierre Joseph Proudhon. São Paulo: Grijalbo, 1976 [1847].

_____. **El capital. Libro I, capítulo VI (inédito)**: Resultados del proceso inmediato de producción. 6.ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1978 [1864].

_____. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 [1861], v. 1.

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política. O processo de circulação do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 2.

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1986a [1894]. Tomo 1.

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1986b [1894]. Tomo 2.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a [1844].

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b [1844].

_____. **Grundrisse**: Manuscritos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1871].

_____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012 [1875].

_____. **O capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

_____. Carta à redação da *Otechestvenye Zapiski*, 1877. In: _____; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 57-69.

_____. A correspondência entre Vera Zaslitch e Karl Marx. Segundo esboço. In: _____; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1881], p. 102-107.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845].

_____; _____. Prefácio à edição russa de 1882. In: _____. **Manifesto comunista**. 1.ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 72-73.

MESLÉ, France; VALLIN, Jacques (org.). **Mortality and causes of death in 20th-century Ukraine**. Springer, 2012. Disponível em: <http://www.demogr.mpg.de/en/projects_publications/publications_1904/monographs/mortality_and_causes_of_death_in_20th_century_ukraine_4571.htm>. Acesso em 11 nov. 2013.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin. **Estudos Econômicos**, Set 2009, v.39, n.3, p.651-671.

NABUCO, Paula. Do Grande Salto à “desmaoização”: 20 anos de história chinesa. In: **Anais XIV Encontro Nacional de Economia Política**, São Paulo, 2009.

NADWORNÝ, Milton J. Schmidt and Stakhanov: Work Heroes in Two Systems. **California Management Review**, summer/1964, p. 69-76.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Mao**: o processo da revolução. São Paulo: Brasiliense, 2005.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PRADO, Eleutério F. S. Da posição e da deposição histórica do valor-trabalho. **Marx e o marxismo**, v.1, n.1, jul/dez 2013. p. 108-133.

PRIETO, José Ricardo. O país das bibliotecas. In: **A nova democracia**. Ano 1, nº 10, junho de 2003.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RIAZANOV, David. Vera Zasulich e Karl Marx. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1924], p. 71-78.

SANTOS, António. A URSS comparada aos EUA. **Jornal Avante!** Órgão Central do Partido Comunista Português. n. 2074, 29 de agosto de 2013, p. 26.

Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/698215-Jornal-Avante>>. Acesso em 11 nov. 2013.

SOCHOR, Zenovia A. Soviet taylorism revisited. **Soviet Studies**, v. 33, n. 2, April 1981, p. 246-264.

STALIN, Josef. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Setembro de 1938. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. Sobre o marxismo na linguística. **Problemas** - Revista Mensal de Cultura Política. n. 28, Julho de 1950. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/stalin/1950/06/20.htm>>. Acesso em 16 nov. 2013.

_____. Discurso pronunciado en la primera conferencia de los stajánovistas de la U.R.S.S. In: _____. **Obras completas**. Tomo XV (1934-1952). Moscou: Lenguas Extranjeras, 1953 [1935]. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/stalin/obras/oe15/Stalin%20-%20Obras%2015-15.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

_____. Problemas económicos del socialismo en la URSS. In: TSÉ-TUNG, Mao; STALIN, Josef. **La construcción del socialismo en la URSS y China**. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente 65, 1976 [1952], p. 133-211.

TAYLOR, Frederick Winslow. Shop Management. In: _____. **Scientific management**. New York; London: Harper & Brothers, 1947 [1903].

_____. Testimony Before the Special House Committee. In: _____. **Scientific management**. New York; London: Harper & Brothers, 1947 [1912].

_____. **Princípios de administração científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1990 [1911].

TOLEDO, Cecília. O marxismo e o problema da emancipação da mulher. 2006. Disponível em: <http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1:artigo1&catid=41:mundo>. Acesso em 28 out. 2013.

TROTSKY, León. **El consejo de los diputados obreros y la revolución**. 1906. Disponível em: <<http://marxists.org/espanol/trotsky/1900s/19060000.htm>>. Acesso em 11 nov. 2013.

_____. **As frações e a Quarta Internacional**. 1935. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/trotsky/1935/mes/fracoes.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

_____. **Terrorismo e comunismo: o anti Kautsky**. Rio de Janeiro: Saga, 1969 [1920].

TSÉ-TUNG, Mao. La “carta dell'acciaieria di Anshan”. 22 de março de 1960. In: _____. **Opere de Mao Tsé-Tung**. v. 18, p. 77-78. Disponível em: <<http://www.nuovopci.it/arcspip/IMG/pdf/18.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

_____. Notas de lectura sobre el *Manual de economía política de la Unión Soviética*. In: _____. STALIN, Josef. **La construcción del socialismo en la URSS y China**. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente 65, 1976 [1960], p. 25-110.

_____. Sobre diez grandes relaciones. In: _____. **Obras escogidas de Mao Tsetung**. Pequín: Ediciones en lenguas extranjeras, 1977 [1956]. Tomo V, p. 308-333.

_____. Críticas ao livro de Stalin *Problemas econômicos do socialismo na União Soviética*. In: _____. **Sobre a prática e a contradição**. Apresentação por Slavoj Žižek. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1858]. p. 146-160.

YAGHMAIAN, Behzad. Socialist Labor Process Revisited. **Review of Radical Political Economics**, v. 26 (2), 1994, p. 67-91.